ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

ATA Nº 011

PRESIDENTE - DEPUTADO EMANUEL PINHEIRO

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta audiência pública com o objetivo de discutir as condições estruturantes da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a mesa o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Wilson Santos; o Secretário de Estado de Saúde, Dr. Eduardo Luiz Conceição Bermudez; o Secretário de Estado de Gestão, Júlio Cezar Modesto dos Santos; o Secretário de Estado de Planejamento, Marco Aurélio Marrafon; e o Controlador-Geral do Estado, Ciro Rodolpho Pinto de Arruda Siqueira Gonçalves, que estão aqui acompanhando a audiência pública, mas não terão direito à palavra, que será utilizada em nome do Governo pelo Secretário de Estado de Saúde. Mas estão acompanhando o movimento até para conhecer, ver de perto, entender o que pretendem os servidores públicos da área de saúde pública do Estado de Mato Grosso.

Portanto registro a presença do Secretário de Estado de Gestão, Júlio Cezar Modesto dos Santos; do Vereador Paulo Araújo, da Câmara Municipal de Cuiabá e colega da saúde, como bem lembra o Sr. Oscarlino Alves; do Dr. Alexandre Guedes, Promotor de Justiça e Coordenador da Comissão Permanente de Defesa da Saúde-COPEDS - está bem popular o Dr. Alexandre, não? -; do Dr. Elias Nasrala Neto, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional-CREFITO; do Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde de Mato Grosso-SISMA, membro do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso.

Também registro a presença, como já explicamos, há pouco, no recinto, do Controlador-Geral do Estado Ciro Rodolpho Pinto de Arruda Siqueira Gonçalves; do Dr. Maelisson Silva Neves, membro do Núcleo de Estudos Ambientais em Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Mato Grosso; do Sr. Edmundo Cesar Leite, representando o Fórum Sindical, Presidente do Sindicato da Área Instrumental do Governo do Estado de Mato Grosso.

Composta a mesa de honra, convido todos para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Em tempo, convido a Presidente do Conselho Regional de Serviço Social, Vera Lúcia Honório dos Anjos, para compor a mesa, que dirigirá os trabalhos desta audiência pública. (PALMAS)

Registro e agradeço a presença das seguintes autoridades e convidados: Josiane Fátima de Andrade, Secretária Adjunta de Administração Sistêmica da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso; Vereador Rivaldo Rosa, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo; Benedito Daltro, Presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Grosso; Daiane Renner, Presidente do Sindicato dos Servidores do DETRAN; Ivani Severino, Presidente do Movimento Força da Mulher; Francisco Borges, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário, Pecuário e Florestal de Mato Grosso-SINTAP; Edmundo Cesar Leite, Presidente do SINPAIG Mato Grosso, neste ato representando o Fórum Sindical; Juliane Maciel, Presidente do Sindicato de Odontologia do Estado de Mato Grosso-SINODONTO; Morgana Moura, psicóloga, neste ato representando o Conselho Regional de Psicologia do Estado de Mato Grosso; Dr. Bruno Alvarez, Assessor Jurídico do SISMA; Orlando Francisco, membro do Conselho Estadual de Saúde, segmento usuários.

Agradeço ainda a presença dos servidores do CIAPS Adalto Botelho; do Leovaldo Duarte, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado de Mato Grosso-SIPROTAF, do Reynaldo de Magalhães Passos, Coordenador da Fiscalização Preventiva Integrada, neste ato representando o CREA Mato Grosso.

Agradeço ainda a presença dos servidores dos Municípios de Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres, Pontes e Lacerda, Sorriso, Tangará da Serra, Santo Antônio de Leverger, enfim, servidores públicos de todo o Estado de Mato Grosso (PALMAS), que estão aqui superlotando esta audiência pública.

Também convido para a mesa a Eliana Siqueira, Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Autoridades aqui presentes, vou fazer uma abertura extremamente breve, porque estamos aqui para ouvi-los, ouvir principalmente o servidor público que lida com a saúde pública na área do Estado de Mato Grosso.

Como Presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, proponente desta audiência pública e como um Deputado que está ansioso para dar uma resposta positiva para a sociedade mato-grossense no que diz respeito à saúde pública no nosso Estado, não poderia, Secretário Bermudez e autoridades aqui presentes, deixar de começar essa virada de mesa ou essa virada de página na saúde pública no nosso Estado sem ouvir o braço direito do sistema, que são os servidores públicos do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Tenho uma relação institucional muito grande com os Sindicatos, de uma forma geral, e em especial com o SISMA, na pessoa do Oscarlino, que é um Presidente extremamente representativo, qualificado e que se faz presente nesta Casa para poder chamar a atenção da Assembleia Legislativa com relação à saúde pública do Estado.

Vejo aqui o meu caro amigo, Líder do Governo, Deputado Wilson Santos. Daqui a alguns anos faremos trinta anos de vida pública, já que começamos juntos em 1988, como Vereadores de Cuiabá. E ao longo desses anos dificilmente temos conseguido dar uma resposta favorável à população com relação à saúde pública. E, Secretário, se faz necessário passar por esta Casa, porque para todo e qualquer problema que afeta a população lá na ponta somos nós que somos cobrados, porque somos nós os representantes do povo. Somos nós que batemos a porta do cidadão, da população, para pedir apoio, para pedir voto, para discutir o nosso papel na sociedade.

Se a Saúde Pública está dando certo, o mérito é do Governo. Se a saúde pública está dando certo, louros para a classe. Agora, se a Saúde Pública estiver dando errado, pau na classe política. Nós somos os primeiros a responder por uma possível ineficácia ou ineficiência do sistema.

Secretário, eu não vejo no Estado de Mato Grosso uma forma de sacudir a Saúde Pública, se não enfrentando de frente. Colocar a cabeça num buraco como um avestruz e fingir que nada está acontecendo não é papel desta Casa, não é papel do Parlamentar, apesar de que para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

muitos é isso que boa parte do segmento político vem fazendo nos últimos anos. Mas não é o nosso papel e não é isso que queremos.

Daí a necessidade de colocar a cara a tapa para passarmos a limpo o sistema e com Vossa Excelência e com o Governador Pedro Taques conseguirmos chegar ou avançar naquilo que a sociedade esperar de nós que é uma Saúde Pública digna, de qualidade e humanizada.

Como começar esse sistema?

Se Vossa Excelência puder ter uma ideia, alguns assuntos nós relacionamos, vamos, inclusive, entregar em mãos a Vossa Excelência, que nos são cobrados na Comissão e não temos condições e não conseguimos dar uma resposta satisfatória.

Informação sobre a situação do CRIDAC: qual a decisão política da atual gestão e o que, de fato, será feito em relação ao CRIDAC?; informação a respeito da famigerada Plataforma Bionexo, se ela realmente barateia os medicamentos ou não barateia os medicamentos; solicitação de informação sobre aquisição de cento e cinquenta ambulâncias, um anseio muito grande dos cento e quarenta um municípios do Estado de Mato Grosso que estamos sendo extremamente cobrados, até porque parte desse recursos foi de parte do duodécimo recebido por esta Casa e devolvido ao Poder Executivo; isenção do ICMS para a Santa Casa e hospitais filantrópicos que lidam com a causa da saúde pública.

Já tivemos o *OK* do Governo do Estado, já se levantou o impacto financeiro, que é em torno de três milhões de reais por mês, entretanto, nenhuma resposta nos foi dada.

A situação do medicamento mofetil, micofenolato para os portadores de lúpus.

Geralmente meninas jovens de vinte a vinte cinco anos idade que, de uma hora para outra, tiveram suspenso o seu atendimento, a distribuição desse remédio que é para tratamento continuado, estiveram em romaria na porta do meu gabinete, em desespero, chorando desesperados, porque podem ir para a infertilidade ou para a morte, a óbito, caso não tenham retomado...

Eu tentei de tudo, Secretário. Tudo, tudo que legitimamente um Deputado pode fazer eu tentei. Inclusive, com apoio do Dr. Alexandre Guedes, do Ministério Público, que esteve presente na reunião, nós fizemos, mas até hoje não conseguimos fazer voltar esse atendimento. E essas pacientes? E essas meninas? Evidentemente que os culpados serão os Deputados, o Governador do Estado. Somos nós que vamos pagar um preço muito caro, porque nós somos os responsáveis e quando fomos eleitos prometemos à população que iríamos melhorar a vida dela, mas isso, de fato, não vem ocorrendo.

Então, apenas, capitulando, Secretário Bermudez, nós estamos aqui diante de um fato. Agora, como chegar a um denominador comum disso que foi um ponto corriqueiro que aqui colocamos, se Vossa Excelência, se o Governo do Estado... E não se fala em Governo Pedro Taques. Hoje, ele é o Governador. Amanhã ele não será. Serão outros, mas, hoje, a responsabilidade é dele. E é a ele que cabe a cobrança desta Casa, dos servidores e da população. (PALMAS)

Como começarmos esse processo de transformação, de humanização, de baixa na judicialização, de humanização no atendimento, de uma verdadeira Saúde Pública de qualidade, do fim de medicamentos vencidos, da boa distribuição e justa desses medicamentos, dos equipamentos, dos atendimentos, das cirurgias que são marcadas daqui a dois, três, quatro, cinco meses? Para podermos dar uma universalização e humanização nesse sentido, como fazermos isso se não tivemos o braço direito do sistema satisfeito, bem atendido e com condições de trabalho do nosso lado?

E aí eu me refiro à importância desta Audiência Pública.

Nós estamos prontos, Secretário, Governador, Líder do Governo, Ministério Público, Presidente do SISMA e autoridades aqui presentes, para fazer a nossa parte, entretanto, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

se comece, Secretário, a partir de hoje, a se escrever uma numa história na Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, ouvindo os servidores público da área de saúde que reclamam de várias situações, mas, talvez, a principal dela é condições de trabalho para que possamos humanizar o atendimento na Saúde Pública do Estado.

Então, com este espírito de solidariedade aos nossos servidores públicos, com esta fé que só transformaremos a Saúde Pública se tivermos os servidores públicos satisfeitos, bem atendidos, valorizados e com condições de trabalho, é que eu acredito num passo à frente na condição da Saúde Pública do Estado.

E finalizando minhas palavras iniciais vai aqui um pedido ao Secretário Júlio Modesto, que está aqui, hoje, como observador ao lado do Secretário Marrafon e do Secretário Controlador-Geral do Estado.

Não é possível estabelecer esses avanços se continuarmos esse grau de terrorismo em cima dos servidores públicos do Estado. (PALMAS)

Primeiro, Secretário, é necessário que se passe esse equilíbrio e que se veja o servidor público como parceiro. Vender na mídia que constantemente o salário poderá sofrer atraso é um terrorismo. Vender na mídia depois de doze anos, talvez, a maior conquista dos servidores públicos dos últimos tempos, que é o RGA, não será pago é inadmissível. (PALMAS) É inadmissível e é o primeiro passo para o retrocesso em qualquer avanço em termos de conquistas públicas no Estado de Mato Grosso e no caso na área de saúde.

Então, eu faço aqui...

Não será, hoje, essa discussão com o Secretário Júlio Modesto. Um Requerimento de minha autoria já foi aprovado convocando-o para vir ao plenário da Assembleia Legislativa para discutir a real situação dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Portanto, fica aqui o nosso agradecimento.

Parabéns, Oscarlino; parabéns ao Sindicato; parabéns a vocês que estão aqui se acotovelando. Nunca, poucas vezes este Poder Legislativo recebeu tantos servidores públicos ou tanta gente prestigiando uma Audiência Pública.

Então, muito obrigado e sintam-se em casa! A Casa é de vocês!

Muito obrigado pela presença de todos!

Vamos fazer daqui o início de um processo, como eu disse, da construção de uma nova fase, de uma nova história na Saúde Pública do Estado que começa com os servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado!

Eu quero registrar e agradecer a presença de Tânia Trevisan, Diretora do Conselho Regional de Farmácia.

Quero chamar para compor a mesa, representando o Conselho Estadual de Saúde, o Sr. Orlando, como eu não sei o seu sobrenome, é o Orlando “de boina”.

Com a palavra...

Vamos pedir para sermos bem objetivos na nossa mensagem, não vamos atrapalhar, democraticamente, evidentemente, a linha de raciocínio de ninguém.

Com a palavra, o Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Mato Grosso (PALMAS).

Já registramos a presença do Secretário Marrafon, Secretário de Estado de Planejamento, que, como dissemos, ele, o Secretário Controlador Geral do Estado e o Secretário de Gestão estarão aqui como observadores para acompanharem esta Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Primeiramente, boa tarde!

Eu quero cumprimentar os colegas da saúde pública do Estado de Mato Grosso!

Sinto-me muito honrado e emocionado de estar aqui, perante todos, representando a fala dos colegas, essa ansiedade que carregamos há mais de uma década, vislumbrando, vivenciando a demolição de uma política pública fantástica, que é o SUS. Não tenho sombra de dúvidas que é a política mais fantástica que cura, salva vidas e previne doenças.

Eu gostaria de cumprimentar, primeiramente, os componentes da mesa; em nome do Deputado Emanuel Pinheiro e do nosso Secretário de Estado de Saúde, Dr. Eduardo Bermudez, cumprimento os demais membros.

A ansiedade é muita e queremos ser breves na apresentação, porque temos muito a falar. Inclusive, separei alguns materiais. Nós temos centenas de materiais, centenas de denúncias, só que a coisa é muito pesada e não conseguimos trazer, hoje, para discutir aqui na Audiência Pública.

Eu gostaria de dar as boas-vindas aos senhores, este é o momento! O sindicato somos nós todos! O sindicato não é apenas a diretoria eleita por meio do voto, o sindicato são vocês, porque são vocês que sentem na pele, lá na ponta, lá nas unidades administrativas, toda essa falta de condições de trabalho e essa falta de condições estruturantes de trabalho.

Então, não tem como ser muito breve, mas vou tentar na minha apresentação.

Primeiramente, é importante dizer que não estamos de preto à toa. Nós estamos de preto, Deputado Emanuel Pinheiro, de luto, não só pela falta de condições de trabalho e pela falta de estrutura, mas pelo usuário, que é o nosso cliente maior, que é o nosso foco, que é a nossa razão de existir.

Esses usuários estão morrendo, estão sem atendimento, não têm medicamentos, não têm insulina, estão alvejados, tombados em casa. (PALMAS).

O nosso trabalhador não é luxo. O nosso trabalhador está adoecendo junto com o usuário. Nós estamos nos tornando usuários do sistema. E uma das maiores incidências que temos, prevalências de doenças que nos afetam, nos agravam, são doenças provenientes da área de saúde mental. Nós estamos tomando medicamentos antidepressivos para trabalhar; estamos tomando medicamentos antidepressivos para ficar em casa. Tem gente morrendo e falando em suicidar, porque não temos as condições e estamos nos sentindo impotentes; estamos nos sentindo sem capacidade de ver aquele usuário que deposita a fé, que paga imposto, contribui e vem até a unidade buscar socorro, buscar essa cura e não consegue.

E aqui nós não estamos para a animosidade, para atirar a pedra na gestão. Desde o início nós provamos que estamos dispostos ao diálogo, já colocamos as cartas na mesa, já documentamos, por centenas de vezes, à Administração Pública àquilo que precisamos para trabalhar, as condições mínimas para transformar, neste Estado de transformação, insumos e a capacidade técnica instalada desses bravos guerreiros em serviços dignos e de qualidade à população mato-grossense.

Então, se nós estamos aqui, hoje, reunidos, buscando novamente esse acordo, é porque está tudo errado, está tudo escrito, gente.

O SUS é fantástico! O SUS é minucioso! A literatura do SUS e a capacidade técnica instalada existem, é só botar em prática Modelo participativo e democrático e escutar esses trabalhadores. Foi assim que Júlio Müller conseguiu construir, não fez nada sozinho, fez por meio da construção coletiva, por meio do controle social. (PALMAS)

Nós temos o fórum apropriado, onde sentam todos os entes, que é o Conselho Estadual de Saúde e não está sendo respeitado. As decisões continuam sendo tomadas de forma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

unilateral sem escutar o Conselho, sem escutar o usuário, sem escutar o trabalhador, só dando privilégio e prioridade às coisas da gestão e do prestador de serviço. Então, nós precisamos mudar essa situação, escutar o trabalhador e construir junto com a gente essa nova realidade.

Só para citar um exemplo, Programa Plurianual do Estado, só para discutirmos: o interior do Estado não tinha diária para vir, não veio discutir. O plano de trabalho de quatro anos deste Governo não foi discutido com os servidores do interior, foi construído a poucas mãos e de forma bem precária.

Eu vou fazer uma breve apresentação que, na verdade, é apenas uma provocação dando fomento para a mesa discutir.

Primeiramente, é importante dizer, porque poucas pessoas conhecem a potência que é a Secretaria de Estado de Saúde, as unidades instaladas na Capital e as unidades instaladas no interior do Estado.

Somos por volta hoje de quatro mil e duzentos trabalhadores ativos em quase quarenta unidades natas do Estado.

Então, aqui eu tenho certeza que nós temos a representação de todas. Tem muitos colegas, dezenas de colegas lá fora, tem dezenas de colegas, centenas de colegas, milhares de colegas que não puderam vir do interior e de outras unidades que nos depositaram a confiança para discutirmos e sensibilizarmos Governo, políticos e sociedade civil organizada, porque nós queremos trabalhar, mas precisamos de condições para isso.

Portanto, eu quero dar as boas-vindas ao CEOP; ao CERMAC; ao MT Hemocentro; ao MT Laboratório; ao Centro Integrado de Assistência Psicossocial - CIAPS Aduino Botelho, que tem cinco unidades, além do hospital neuropsiquiátrico, Hospital Aduino Botelho; ao Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa, que é referência em reabilitação do Estado; à Coordenadoria da Assistência Farmacêutica; ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU (PALMAS); ao Tratamento Fora de Domicílio - TFD, juntamente com a Central de Regulação; ao Escritório da Baixada Cuiabana; ao Nível Central, juntamente com as Superintendências e o Núcleo Sistêmico da Secretaria; ao Centro de Referência de Saúde do Trabalhador - CEREST Estadual; à grandiosa Escola de Saúde Pública; ao Conselho Estadual de Saúde, onde centram os entes.

Agora, as boas-vindas ao pessoal do interior: ao Escritório Regional de Alta Floresta - tem representante aqui, o colega Claudinei - que não ficou sem ninguém; ao Escritório Regional de Colíder, Hospital Regional de Colíder, Escritório Regional de Rondonópolis, Hospital Regional de Rondonópolis, Escritório Regional de Cáceres, Hospital Regional de Cáceres, Escritório Regional de Sinop, Hospital Regional de Sorriso, Escritório Regional de Pontes e Lacerda, Escritório Regional de Porto Alegre do Norte, que não veio, não foi possível em função da distância e da logística; São Félix do Araguaia, mesma situação; Escritório Regional de Tangará da Serra, Escritório Regional de Água Boa, com representante; Escritório Regional de Barra do Garças, Escritório Regional de Diamantino, Peixoto de Azevedo, Juara e Juína.

Essa aqui é a potência que temos hoje!

Em Cuiabá são 89 profissionais de apoio do SUS; profissionais de nível médio, que ocupam cargo de nível médio, 916; profissionais de nível superior 1.090, totalizando em Cuiabá 2.095 trabalhadores de carreira do Sistema Único de Saúde - SUS.

No interior a potência se soma a 249 trabalhadores de apoio, que são trabalhadores galhardos, guerreiros, que estão morrendo nos hospitais regionais por falta de estrutura das unidades

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

hospitalares, mas estão lá com problemas de falta de aposentadoria especial, pessoas advindas do campo, camponeses que não têm a mínima perspectiva de se aposentar.

Profissionais de nível médio nas unidades do interior 739; profissionais de nível superior 408, totalizando 1.396 trabalhadores. Somando temos por volta de 3.300 trabalhadores dentro das unidades, por volta de quarenta unidades.

Nós temos trabalhadores cedidos outras carreiras, ocupando espaço da nossa carreira, vinte e três, como é o caso da Superintendente de Gestão de Pessoas e a nossa Secretária Adjunta do Núcleo Sistêmico, proveniente da área... A nossa Secretária do Núcleo Sistêmico é Gestora Governamental e a nossa Superintendente de Gestão de Pessoas é de carreira da área meio, meu colega Edmundo, que está sentado à mesa.

Temos cedido para outras esferas nesse pacto federativo, no termo de recuperação técnica com os municípios, com a União e com outras esferas quinhentos e oitenta e seis trabalhadores; licença para acompanhar o cônjuge oito; licença de interesse particular dezenove.

O que aparece para nós de licença médica nós achamos que esse número está dispar, porque o percentual de absenteísmo registrado é muito maior do que setenta pessoas afastadas por problemas de saúde; licença para qualificação profissional vinte e três e respondendo processo administrativo disciplinar dez.

Esses números são fontes da Superintendência de Gestão de Pessoas, que vêm ao encontro com dos números que colocamos à apreciação dos senhores: quatro mil e oitenta e dois efetivos; exclusivamente comissionados duzentos e cinquenta e seis - potência de exclusivamente comissionados, duzentos e cinquenta e seis -, mais de 50% dos cargos de confiança são ocupados por pessoas advindas da sociedade e não funcionários de carreira; setenta e um contratados temporários; cento e vinte e um colegas que ocupam cargos comissionados na gestão; e colaboradores CLT, que ocupam cargos hoje dentro das unidades através da terceirização discriminada que aconteceu no Estado, dois mil e trinta e cinco trabalhadores.

Esse aqui, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Wilson Santos, Dr. Alexandre Guedes, que representa o controle social, o Ministério Público, esse aqui é o nível que nós temos. Vocês irão ver que há uma miscelânea aqui, que aqueles cargos efetivos se desdobram em alta capacidade técnica instalada dos trabalhadores.

No nível fundamental nós temos apenas trezentos e vinte trabalhadores; de nível médio, formação de nível médio, setecentos e onze e aqui já começamos a estender a qualificação da saúde; nível superior novecentos e noventa e três. E aqui nós temos um grande universo de trabalhadores que ocupam cargo de nível médio na Secretaria de Estado de Saúde, já qualificados com nível superior; especialização, da mesma forma, esse número se eleva para dois mil e quarenta e sete especialistas, e não é apenas uma especialização, porque o nosso Plano de Carreira prevê até quatro especializações para ascender à carreira. E nós temos na Classe D hoje o maior percentual de profissionais de nível superior na Classe D e muitos colegas profissionais de nível médio com várias especializações; Mestrado, com mestrado, trezentos e sessenta e quatro trabalhadores.

Aqui eu gostaria de cumprimentar a colega Lucineia Soares, que vai nos auxiliar nos debates, e as experiências exitosas nessa gestão do Sindicato nós passamos a apoiar.

A Lucinéia lançou seu livro... (PALMAS) ...intitulado - levante-se, Lucinéia, por favor - Fundo Público e Política de Saúde. Ela pretende difundir conhecimento com os municípios e com a SES e o Sindicato apoiou com o dinheiro dos senhores a tiragem de duzentos livros para que proliferemos o conhecimento.

Parabéns, Lucineia!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Doutorado quarenta e sete; pós-doutorado sete, e não identificada a formação, que aparece no sistema cento e sessenta e um.

Cargos ocupados. Aqui nós vemos o problema, que começa a se instalar o problema. Nós tínhamos cinco mil e vinte e nove postos de trabalho ocupados em 2010, dentro da Superintendência de Gestão de Pessoas, e esse número vem gradativamente decrescendo. São os colegas que estão indo para a aposentadoria, é uma curva descendente, em 2010 cinco mil e vinte e nove e hoje quatro mil duzentos e oitenta e oito. Essa vagância está sendo ocupada pela terceirização e pelo déficit de mão de obra hoje, que precária a relação do trabalho.

Existem profissionais na nossa lei de carreira, que é a lei de carreira mais completa que existe no Poder Público, não tenho dúvida, nós estudamos bastante as outras carreiras e temos quarenta e três perfis profissionais de nível superior, temos de advogado a terapeuta ocupacional, todas as profissões da área meio e da área fim na área da saúde, trinta e sete perfis profissionais de nível médio, e de nível fundamental seis perfis profissionais.

Essa é a curva ascendente, que são os cargos vagos.

Nós temos previstos na nossa lei de carreira, Deputado, nove mil novecentos e cinquenta e nove cargos. Temos apenas... Temos vagos, desses nove mil, novecentos e cinquenta e nove, cinco mil, seiscentos e setenta e um vagas aguardando concurso público. Já está previsto na lei de carreira.

Nós precisamos enfrentar de frente aqui os Deputados Federais e os Estaduais que esse limitador vexante da Lei de Responsabilidade Fiscal sendo que é um caminho traçado justamente para precarizar, para terceirizar, para baratear, para precarizar as relações de trabalho, sendo que podemos ter mão de obra qualificada e atuar.

Ninguém falou que a saúde pública é barata. Saúde pública é cara, os insumos são caros, os profissionais se qualificam altamente e merecem salários dignos acima da média do mercado que é pago hoje... (PALMAS) ...nas unidades privadas de saúde onde o trabalhador ganha uma miséria - e aqui nós temos uma prova da Presidente dos Sindicato dos Médicos que está aqui - que estão em greve justamente pelo salário vergonhoso que o município paga para os médicos. É essa vergonha! Os médicos não têm condições mínimas, não recebem um salário condizente para poder atender a população. Nós precisamos inverter esses valores, investir na saúde, fazer esse concurso público, porque estamos há 14 anos aguardando na fila de espera. O Governo passado fez um concursão, e nós ficamos na mão.

Olha só, esse é um pequeno panorama das aposentadorias que acontecem na nossa carreira, de 2010 a 2015. Nós temos todos os números dos aposentados, e esses números, mais que nós temos de perspectivas, projeta o fim da nossa carreira em 15 anos. Os quatro mil e duzentos teoricamente estarão aposentados daqui a 15 anos, teoricamente aposentados, vão sobrar alguns poucos dentro da unidade e nós nos tornaremos um tumor previdenciário para o fundo previdenciário do Estado de Mato Grosso.

Os pensionistas são da mesma forma. São números pequenos. A pensão é um pouco diferenciada das condições de aposentadoria. É um número crescente também e aqui temos alguns fatores críticos de sucesso que vamos discutir nessa roda de conversa.

Estamos há 14 anos sem concurso público; as atuais instalações... Deputado, Secretário, eu gostaria de sensibilizar Vossas Excelências aqui!

Estamos há 14 anos sem concurso público (PALMAS) e, com todo respeito, 14 anos sem concurso público na saúde é muito; as atuais instalações da unidade da SES estão completamente sucateadas no interior e na capital, o único que sobra é o gabinete do Secretário em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

condições de trabalho, nós não temos; há trabalhadores doentes, afastados, percentual de absenteísmo alto - a superintendente Adalriza pode confirmar, ratificar esse números para nós -; áreas insalubres com grau de risco elevado, sem mapeamento periódico e falta de acompanhamento dos agravos e doenças, as ferramentas como o PPRA-Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO-Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional existem só no papel, estão descritos aqui na NR 32, mas ela não é cumprida, aqui fala das condições mínimas de trabalho para o trabalhador da saúde dentro das unidades, não estamos inventando a roda nem nada, está tudo descrito; equipamentos sucateados e mobiliários sucateados - estamos aqui com uma sumidade à mesa, o Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que vai discorrer sobre o assunto para nós -; a atual previsão de aposentadoria chega à casa dos 750 trabalhadores, será um problema previdenciário em curto espaço de tempo; segundo os dados oficiais da SES, temos 1015 servidores de carreira cedidos para as OSSs, abandonados à própria sorte lá, porque perderam todos os direitos que tinham de licença (PALMAS); para nós programarmos nossas férias, para recebermos adicional de insalubridade, para recebermos pelos plantões com maior rapidez, esses processos serem enviados para a SES e nós recebermos os plantões, insalubridade, adicional noturno, averbação de tempo de serviço, nós estamos com um passivo funcional imenso de centenas de processos represados na Secretaria de Estado de Saúde e na Secretaria de Gestão também, então há inércia administrativa, como acabei de dizer; não realizam o concurso público, e o trabalhador que quer ficar trabalhando não tem o direito de averbar o tempo de serviço nem de fazer o abono de permanência dele. É uma situação completamente contraditória. Não faz concurso público, terceirizam a mão de obra, e você que quer ficar vai ficando de graça. (PALMAS)

Quanto ao quadro de pessoal, têm os que são regidos pela CLT. Daí vem a grande questão. Nós temos mais de dois mil trabalhadores recebendo um terço do salário... Já começa a injustiça, a precarização por esse critério. O trabalhador da OSS, e no fator humano nós temos que ser parceiro, o trabalhador recebe um terço do que nós ganhamos, ele recebe uma miséria como lá na Prefeitura Municipal de Cuiabá, ele recebe menos de um terço do valor do nosso salário. Ele joga isso na nossa cara. Vira um fuzuê dentro das unidades de saúde, o trabalhador dizendo que recebe um terço do que nós ganhamos para fazer a mesma coisa, começa a esculhambar o trabalhador e precarizar as relações de trabalho, vira uma situação... Mas hoje, graças a Deus, a coisa abrandou um pouco, porque nós somos guerreiros, nós somos fiéis, nós somos humanos. Nós estamos aguardando dias melhores nas unidades hospitalares do Estado.

Falta constante de insumos e medicamentos. Isso aí alveja diretamente o trabalhador. O trabalhador é ameaçado, o trabalhador se sente impotente, o trabalhador sofre. Vamos lá para a Farmácia de Alto Custo, Srs. Governantes e Srs. Gestores, acompanhar a rotina do trabalho do pessoal que dispensa medicamento lá na Farmácia de Alto Custo. É um sofrimento intenso! Você chega lá: “Não tem hoje”. Aí começa ligação, mensagem, tal. “Não tem!” “Ah! Pode vir”. Chega lá, não tem o medicamento de crianças, idosos, que trabalharam, que contribuíram e agora veem suas vidas sendo ceifadas pela falta de medicamentos. É uma situação que nós sabemos que é uma dificuldade, que custa caro, mas tem dinheiro de transferência do Ministério da Saúde! Então temos que unir forças com o erário público estadual para colocar esse medicamento que, na verdade, é um passaporte. Quando ele pega, aquilo dá uma esperança de vida para ele, quando ele pega a caixa de medicamento e vai para casa.

Aqui é pesado, Deputado Wilson Santos, nós estamos sofrendo com assédio moral dentro das unidades da Secretaria de Estado de Saúde. (PALMAS) Eu trouxe só algumas situações, que não vou descrever por uma questão de ética. Está aqui: gente que está sendo retirada das salas no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

braço por pessoas que não são da nossa carreira, que são “convidadas a sair” de forma coercitiva, como o Lula e outros políticos como fizeram à polícia, parece que tem polícia dentro da Secretaria, é uma situação vexaminosa de pegar no braço do trabalhador e convidá-lo para sair!

Eu cheguei há poucos dias lá na Secretaria de Estado de Saúde para eu ver a questão do nosso processo do pagamento do dinheiro que desconta da contribuição sindical dos senhores. A SES dá o último comando para nos pagarmos, pagarmos o sindicato para pagarmos as despesas. Eu cheguei lá e o cara correu. O cara correu e veio ao meu encontro. Levei até um susto! Ele falou: “O que você quer? O que você quer? Não está vendo a placa aqui?” Eu falei: Meu amigo, calma, eu só vim ver aqui o processo da contribuição sindical, de que vocês estão se apropriando indevidamente, porque esse dinheiro é do trabalhador, não é da SES. Isso tem que ser repassado para nós. “Quem é o senhor?” Sou Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde. Aí o troço mudou. Aí até me convidou para entrar. (RISOS)

Então, nós estamos sofrendo. Nos hospitais regionais nós sofremos muito no início, continuamos sofrendo, mas em menor proporção. Chefes que ocupam cargos estritamente comissionados têm pouca capacidade para lidar com essa mão de obra qualificada que quer trabalhar e gerar serviços dignos e de qualidade para a população. (PALMAS) Desafios que serão discorridos pela nossa colega Lucinéia daqui a pouco no debate.

Não há de se negar que nós temos uma situação gritante de subfinanciamento do SUS, tabelas defasadas, repasses defasados, dinheiro que é mal gasto na saúde pública do Estado de Mato Grosso e no País, como nós vemos constantemente na mídia o desperdício do dinheiro público, o dinheiro sendo jogado pelo ralo, através do desperdício da compra de insumos, através da corrupção, que mata o sistema público. É por isso que se fala que esse troço é preparado para não funcionar. A 866 é preparada para não funcionar, para dizer que nós somos incompetentes, que nós não temos condições de gerar serviço de qualidade.

Se nós entrarmos numa unidade de diagnóstico da iniciativa privada, vemos um atendimento humanizado, tudo bonito, lindo, perfeito, tomógrafo, ressonância magnética, tudo maravilhoso. Qual é a diferença? Por que não podemos proporcionar isso para a nossa sociedade? Nós temos condições, sim, basta unirmos forças com os gestores, com os trabalhadores e gastarmos de forma responsável o dinheiro público.

Eu já falei sobre a limitação do gasto com pessoal que é vexatório na área da saúde, mas nós temos o Governo fazendo um acordo de socorro aos estados e municípios, pactuando que não vai dar a nossa reposição salarial no ano de 2016, lutando para essa limitação e todo momento sendo impactador na questão do concurso público.

Nós estamos de luto, Deputado Emanuel Pinheiro!

Nós não aceitamos mais essa situação. Nós queremos soluções. Nós queremos a nossa reposição anual, que é a perda inflacionária, para que o nosso salário acompanhe o nosso processo inflacionário e geremos renda no mercado. Nós precisamos de mais colegas com sangue novo vindo nesse ciclo renovatório previdenciário, mais colegas com conhecimento técnico, novas tecnologias, novas ideias, porque esses colegas que estão indo indiscriminadamente para a aposentadoria estão levando conhecimento técnico. Então, que esses venham agregar com sangue novo a Secretaria e que possamos transformar neste Estado de transformação insumos e capacidade técnica em vida e manter as vidas das pessoas.

A estrutura, hoje, organizacional é piramidal e hierárquica, poder no alto onde as informações sobem, ordens descem. Não há comunicação e coordenação horizontal, chefias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

despreparadas e cargos, a maioria dos cargos sendo ocupados por pessoas desqualificadas. Nós queremos uma mudança nessa situação. (PALMAS)

Nós precisamos que estejam no comando enfermeiros; nós precisamos que estejam no comando médicos, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, nutricionistas, profissionais de alta qualificação, que tenham qualificação que possam nos chefiar e entender o que é a saúde pública que nós estudamos a vida inteira e que fizemos concurso para isso.

Controle social, modelo democrático participativo.

Nada disso! Hoje temos, ainda, uma incipiência nessa situação. O Secretário Eduardo Bermudez tem procurado meio que incipiente, a passos lentos, levar as discussões ao Conselho. É muito pouco, porque há poucos dias nós recebemos representantes do escritório da ONU em Cuiabá com parceiros da parceria público-privada para estudar a questão da Cidade da Saúde onde vai funcionar futuramente o Hemocentro.

Então, há poucos dias nós recebemos um representante do escritório da ONU. Teve uma reunião, mas o Conselho Estadual de Saúde não foi convocado para participar dessa discussão. Nós não tivemos a oportunidade de discutir isso no modelo participativo, democrático e construtivo. Já tem uma parceria rodando por trás disso, uma parceria público-privada. Nós não vamos discutir o modelo, ainda. Nós precisamos do concurso público para provar que nós vamos fazer a somatização dessas forças e provar que nós temos condições de tocar a saúde pública como era no passado, porque inventaram uma desculpinha em 2011 que nós não tínhamos capacidade e a pessoa que inventou isso anda, hoje, de tornozela eletrônica. (PALMAS)

Nós temos um grande problema que assola a Secretaria de Estado de Saúde. Nós temos um grande problema! A Secretaria nunca teve gestão de custos. Nós não temos *software* de gestão de custos e um sistema integrado para gerenciar todo o custo efetivo das unidades de saúde.

Como é que se fala que não temos eficiência? É só pegar os números do DATASUS que vai ver que produzíamos muito mais e a custo menor. Hoje, nós estamos gastando muito mais exponencialmente e tendo uma eficiência menor e o usuário do SUS está mutilado em várias partes. Até cirurgia de unha encravada está sendo faturada no sistema.

E aí nós temos...

Hoje, a nossa representante do Ministério Público...

Hoje, o Ministério Público virou um festival de inquérito civil público e ações civis públicas com relação à saúde, inclusive, movidas e tocadas pelo nosso Promotor Dr. Alexandre Guedes; inquérito civil público tratando da retirada das OSs; ação civil pública falando de concurso público; ação civil pública que trata da melhoria das condições de trabalho na saúde; ações civis públicas que falam do cumprimento da NR 32, que preconiza as condições de trabalho dentro das unidades de saúde; ação civil pública para se cumprir o mínimo, porque estamos baseados sempre no mínimo constitucional, da Emenda Constitucional nº 29, regulamentada pela 141, de gastar 12% e ter uma mistura que nós, às vezes, ficamos até meio desconfiados. Nós não estamos tendo eficiência para gastar nem 12%, porque a Secretaria de Estado de Saúde está engessada na área meio, porque não coloca o trabalhador participando e não motiva o trabalhador para assinar a responsabilidade.

Nós vimos pessoa na gestão passada sair algemada da Secretaria de Saúde, porque fez corrupção com medicamento e compra de insumos. (PALMAS)

Nós temos inquéritos civis públicos.

Gente, está tudo escrito na cartilha para publicar as resoluções do Conselho Estadual que é votado. (PALMAS) Tem ação civil pública. Há poucos dias o Promotor foi prestar esclarecimento no Conselho Estadual de Saúde. Está tudo escrito e está tudo numa cumbuca

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

judicializado e a coisa não anda. Nós precisamos de ferramentas para trabalhar. A hora é agora! Nós precisamos!

Agora, na Casa de Leis! É uma vergonha! Olhem os casos de omissão dos nossos Parlamentares: Na Assembleia está engavetado um projeto de iniciativa popular com quarenta mil assinaturas, exigindo, porque são eles que pagam, eles que contribuem, a saída das Organizações Sociais de Saúde-OSSs das unidades de saúde. (PALMAS)

Esse projeto de iniciativa popular está engavetado na Assembleia Legislativa. Nem satisfação para a sociedade, o porquê, se vai ou se não vai, se escorrega, se fica, se não cai. Nós precisamos saber. Nós precisamos de soluções.

Para mostrar que estamos abertos ao diálogo, Deputado Wilson Santos, nós suspendemos no atual Governo, desde o dia 05 de janeiro, quando o Governador foi ao saguão de entrada da Secretaria, o Exmº Governador Pedro Taques... Ele foi lá e nós fizemos um compromisso velado, escancarado, de que forma for e suspendemos o indicativo de greve, porque não tinha nem coleta de lixo na Secretaria Estadual de Saúde. O nosso trabalhador compreensivelmente entendeu aquele momento. Muitos disseram: “Mas eu votei nesse Governador!” Muitos! “Eu votei nesse Governador!” Não é hora de fazermos greve. Vamos dar um voto de confiança ao Governador e vamos esperar.

E lá ele nos apresentou um acordo de resultados colocado no papel que não vimos acontecer nada. Uma cadeira não foi comprada para esses trabalhadores. (PALMAS)

Suspendemos o indicativo de greve no dia 14 de julho. Nós tivemos a grande participação do Secretário de Gestão, juntamente com o Dr. Paulo Taques, na assinatura de um acordo coletivo que está homologado na Justiça. Está homologado ineditamente um acordo do Estado, de funcionário público, na Justiça.

Infelizmente, esta Audiência Pública tem como reflexo a falta de cumprimento desse acordo. O que nós acordamos sentados não foi cumprido em pé. (PALMAS).

Nós realizamos no ano passado, com o dinheiro dos senhores, com trabalhadores... Nós tivemos setecentos trabalhadores querendo discutir com a gestão e com os políticos, em um Congresso... Está aqui, vocês acabaram de receber um extrato do Congresso.

Eu quero agradecer os profissionais da SES que ajudaram esse processo; agradecer, em especial, a Escola de Saúde Pública, que nos auxiliou para chegarmos nesse extrato. (PALMAS).

Aqui tem dezenas de propostas apontando... Não quiseram escutar, nós colocamos no papel e entregamos para o Governo. (PALMAS). Nada disso aqui, praticamente, aconteceu.

Parada geral. Nós fizemos uma manifestação histórica, linda, no Estado de Mato Grosso inteiro, levamos setecentos trabalhadores uniformizados para a praça pública, para a Praça Alencastro, em menores proporções. No interior, nós fizemos vários movimentos que ressoou na imprensa, mas não serviu de nada. Isso vai fazendo o trabalhador se acalantar e perder a esperança. Ele vai perdendo a esperança, porque está completamente desmotivado.

Tudo que nós falamos, as imagens falam mais alto.

Sem mentira nenhuma, colegas, nós recebemos diariamente fotos, por meio de *whatsApp*, *e-mail*, *pendrive*, da precarização e do sucateamento das unidades de saúde pública do Estado de Mato Grosso. E aí nós vamos coletando esse material. Não dá para passar hoje, aqui, tudo. Nós ficaríamos aqui a semana inteira passando tudo o que vocês enviaram ao logo de um ano de gestão do nosso Sindicato, dessa diretoria, e nada aconteceria.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

No *slide*, ali, mostra o prédio sucateado, que foi comprado acho que pelo Marcos Machado, Desembargador hoje de Justiça, aquele onde está funcionando a Comissão processante da Secretaria. O prédio era todo mobiliado, mas está sucateado. É o que acontece, vai empurrando o pessoal para o cubículo, vai acabando, vai acabando, o pessoal vai juntando móvel, juntando mais, juntando; vai acabando ar condicionado; vai acabando tudo; vai colocando tudo numa sala até aposentarmos. (PALMAS)

Isso é a porta de entrada da felicidade! Esse é arquivo dos aposentados da Secretaria. Olha só, dejetos humanos descendo do banheiro na porta do arquivo morto. Do arquivo morto! Nós somos tratados como arquivo morto, literalmente, lá da Secretaria de Estado de Saúde, no nível central.

Isso é a cascata particular que tem dentro do escritório de Água Boa. Eu não sei como está isso ali, mas, até o ano passado...

Isso é a piscina de reabilitação que estava construída para o pessoal do CRIDAC mudar ali para o prédio.

Isso é a sala do pessoal de Água Boa, Diretor do Polo. Como ele vai receber uma autoridade nisso ali? Como ele vai receber os municípios, os Secretários Municipais circunvizinhos nesse lixo?

Sucateamento da parte elétrica... Isso aqui é uma rede de frios de um dos escritórios regionais, a laje quase caindo e sem instalação elétrica.

Aquele ali é o MT Laboratório e os leitos para acomodar os nossos colegas no descanso.

Isso ali são exemplos de mobiliários que nós temos na Secretaria de Estado de Saúde, mais teto que está despencando, está trincada a laje e o trabalhador trabalha lá embaixo. A hora que morrer um trabalhador quem sabe tomam alguma providência.

Exemplo de mobiliário: fiação elétrica inadequada... São móveis, pessoal, em uso.

Agora, eu vou citar um exemplo clássico: se a saúde pública anda mal, olha o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador do Estado, o CEREST. Esse é um caso clássico. O CEREST está abandonado e está com a mesma política, acabou tudo lá dentro, colocaram os colegas tudo na edícula. Tem uma dezena de colegas sentados um ao lado do outro, um na cabeça do outro, revezando horário, senta um levanta outro, sai toma água, porque não cabe todo mundo dentro da sala.

Então, esse é o CEREST - Centro de Referência de Saúde do Trabalhador do Estado de Mato Grosso.

Olha só o CEREST!

Pessoal, isso ali são exemplos clássicos do hospital de Colíder, depósito de sucata de equipamentos hospitalares. Isso também acontece em outros hospitais. Se nós temos esse sucateamento sem manutenção, no que isso vai desencadear?

Olha o hemocentro na chuva, a colega coletando sangue e o doador falando ao celular com sombrinha. Isso não é palhaçada! Isso é de verdade.

Paciente do Aduino Botelho no meio da água, de saúde mental. Um ser humano que nós precisamos depositar toda nossa força de trabalho com estrutura, é isso ali que eles recebem, abandonados a própria sorte lá dentro do manicômio do hospital, neuropsiquiátrico.

Mas, eu quero uma salva de palmas para os colegas do Aduino Botelho (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Sabe o que está acontecendo? Como nós não tivemos providência da gestão, os colegas estão reformando as unidades, os colegas estão pintando o pátio justamente para abrigar os pacientes e causar um ambiente propício para o tratamento terapêutico para essa terapia.

Exemplo disso: TFD. Está tudo sucateado nos andares de cima e de baixo e o pessoal está reformando também com recurso próprio.

Pessoal, se nós temos essa situação, no que desencadeia? Desencadeia naquilo ali? Aquilo ali é uma unidade nossa. Vai o Governador recolhe tudo, o diretor da OSS manda tudo para casa, da alta para todo mundo... O Governador tal, o Secretário tal, aí eles pegam o avião e quando acabam de pegar o avião volta todo mundo para o corredor. (PALMAS. Essa cena é forte.

Pessoal, para não prolongar mais, esses resultados que íamos apresentar aqui, são várias estatísticas, que é a fala do trabalhador na pesquisa de opinião, que nós fizemos preparatória para o congresso, porque lá não estávamos inventando.

Mas, vamos deixar para os professores, doutores, abordarem melhor essa situação, que é a opinião de vocês, que só transparece a opinião de vocês.

Questão para nossa reflexão coletiva hoje aqui: A Constituição Federal 1988, dessa forma que apresentamos, está sendo cumprida?

(PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. OSCALINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR- As Leis 8080 e 8142, que regem o SUS, estão sendo cumpridas?

A PLATEIA - Não!

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - O decreto 7.508/11, que dispõe sobre a organização, planejamento e assistência do SUS. Cadê o cumprimento do decreto?

O financiamento da saúde em cumprimento à Lei Complementar nº 141? Nem o mínimo constitucional está sendo aplicado na saúde.

E as conferências nacional e estadual, gente, que dá um panorama, que dá um norte? Resultado recorrente! Eu fui as duas conferências. Na conferência estadual o sindicato estava presente. Na décima quinta, em dezembro, quando muitos estavam aqui na expectativa de acontecer alguma coisa em dezembro, a única expectativa que nós recebemos foi que talvez o pagamento do nosso salário voltaria para o dia 10 e o décimo terceiro para o final do mês do ano.

Conselho estadual sem estrutura, gente! O conselho estadual de saúde precisa de estrutura de pessoas, pessoas equilibradas, pessoas capacitadas para trabalhar. Precisa de advogado, precisa de comunicação, precisa de contador, precisa de economista para ajudar a gestão tomar as decisões! Não tem isso, gente!

Na reunião passada da ordinária do conselho, o SISMA bancou a locação de aparelho de som e gravação do conselho, senão não teríamos a reunião, porque o processo está represado lá na Secretaria e não paga o fornecedor. (PALMAS)

Cumprimento das normativas já falamos, em especial a NR 32.

Será que com toda essa exposição grave dos trabalhadores da saúde, a força de trabalho instalada consegue produzir serviços dignos e de qualidade à população mato-grossense? Será que nós conseguimos?

Nós estamos entregando o serviço graças ao suor, a força e a batalha e porque vocês são muito valentes e guerreiros.

Que Deus continue abençoando... (PALMAS) Que Deus continue abençoando a todos vocês, colegas do SUS, que são insistentes, bravos e guerreiros; que Deus continue nos ajudando a prevenir e curar doenças para que possamos ser instrumentos de Vossa paz aqui na terra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Meu sogro morreu hoje. Presto aqui uma homenagem a minha mulher amada que não está aqui hoje porque perdeu o pai, meu sogro, uma servidora da saúde.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Parabenizo o Oscarlino, Presidente do SISMA, inclusive não limitamos o tempo do Oscarlino exatamente porque ele falaria em nome do SISMA e teria muita coisa para mostrar, até porque estão aqui o Secretário de Saúde do Estado e a Câmara de Gestão instituída no mês passado pelo Governador Pedro Taques.

Então, em virtude disso, abrimos essa exceção, em respeito ao SISMA, e pela necessidade que temos de ouvir mesmo a realidade do Sistema, como ele está funcionando, ou como ele não está funcionando.

Pela gravidade do que foi mostrado, e foi mostrado diante das autoridades, dos Deputados, da Comissão de Saúde, do Secretário, da Câmara de Gestão, não podemos perder essa oportunidade de tornar esta Audiência Pública um propósito com princípio, meio e fim, e não numa Audiência Pública apenas de debate e discussão eterna, e por isso serei um mediador com foco, eu gostaria, Secretário, de abrir uma exceção no andar da carruagem que está esta Audiência Pública, para Vossa Excelência se manifestar sobre a fala do Presidente do Sindicato, apenas no que diz respeito à falta de estrutura, à falta de condições e do descumprimento legal. Vossa Excelência terá outros momentos para se pronunciar, mas pela gravidade e pelo que interessa aos servidores e a sociedade, em especial, que está lá fora, é necessário que Vossa Excelência faça uma fala sobre a questão estruturante, sobre a questão legal, que aqui colocou o Presidente do Sindicato.

Ao final, eu falarei em relação ao projeto de lei de iniciativa popular.

Então, Secretário, eu gostaria que o senhor falasse apenas sobre as denúncias do Presidente do Sindicato.

Pessoal, pedimos com atenção...

Oscarlino, é necessário colocar agora o VT? Então podemos colocar mais à frente.

Vamos ouvir o Secretário, em resposta ao Presidente do Sindicato, ou na sequência do Presidente do Sindicato.

Com a palavra, o Secretário de Estado de Saúde Eduardo Bermudez.

Eu gostaria ainda de registrar a presença de Valéria Nogueira, servidores pública da SES, Presidente da Associação dos Corregedores do Estado de Mato Grosso e do Dr. Werley Peres, Secretário Adjunto de Estado de Saúde e ex-Secretário Municipal de Saúde da Capital.

Com a palavra, o Secretário de Saúde.

O SR. EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ - Boa tarde a todos!

Eu gostaria de saudar o Deputado Emanuel Pinheiro na Presidência; meu amigo, Líder do Governo, Deputado Wilson Santos; Dr. Alexandre Guedes, meus colegas Secretários que aqui estão presentes, meus Adjuntos que estão aqui e, evidentemente, em especial todos os servidores da saúde.

Quando percebo um momento como esse evidentemente preciso chamar - e vou pedir a compreensão de todos - a uma reflexão do que é a estrutura do Sistema Único em curto espaço de tempo, vou tentar, o que foi quando nasceu e o que é hoje o Sistema Único de Saúde.

Toda e qualquer ação nossa de hoje evidentemente diz respeito ao longo dos anos do que aconteceu com o Sistema Único de Saúde.

Responsavelmente, quando tive a oportunidade de incrementar, há trinta anos, o Sistema Único de Saúde, na construção desde os Conselhos, desde a Conferência Municipal, desde estadual, depois participando como membro efetivo do Conselho Nacional de Saúde, em nenhum

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

momento deixei de perceber todas as nuances colocadas aqui pelo Oscarlino, que muito respeito, e é bom que eu ressalte que a terceira pessoa que eu liguei depois que aceitei esse desafio, quase neurótico, foi ligar para o Oscarlino - depois ele pode comprovar isso -, marcamos a reunião com o Sindicato e pessoas que estão presentes, que estão aqui, e isso porque eu acredito que é possível trabalharmos com objetivo comum. Evidentemente não deve evoluir, se nós não tivermos respeito pelo servidor público.

Aqui não vai nenhuma puxada de orelha, aqui vai o que eu penso e que tenho procurado, ao longo do tempo, estabelecer junto ao Sindicato e junto à Secretaria internamente, o melhor passo que preciso dar com a presença dos servidores. Eu não vejo outra forma de chegar até o objetivo que imagino que podemos ter.

Costumo dizer, e desde o primeiro dia estive conversando com o Oscarlino em outras ocasiões, não acredito em ideologia na saúde nem em corporativismo na saúde. Eu acredito sim na capacidade e na valorização do servidor. Nisso eu acredito. Mas entendo que, em qualquer lugar, independentemente de servidor, se um servidor, se um funcionário abraça alguém ou omite que alguém não trabalha por corporativismo, está fazendo o mesmo ato de corrupção que nós estamos vendo por aí pela mídia. É a mesma coisa!

Desde o momento que entrei lá na Secretaria, procurei ver os pilares de fundamentos. Estavam de novo o Oscarlino e o Sindicato, o SISMA, na minha provocação junto ao Governo, que precisávamos ter em relação às características que possui o servidor público - eu estou há trinta anos nisso -, e ele não poderia ser tratado, não poderia ser acompanhado, não poderia ser valorizado dentro de uma linha comum. Existem características diferentes, permitam-me, de como nós lidamos com o nosso trabalho, porque eu também sou da saúde.

Portanto, a minha visão sobre esse pilar foi constante e eu acredito nisso. Mas também não acredito no momento em que tenho mais de quatro mil servidores e não consigo ter um farmacêutico para me apoiar na Farmácia de Alto Custo. (VAIAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Senhores, eu entendo, mas peço: vamos ouvir o Secretário com atenção, temos alguns escritos da plateia, senão não vamos chegar a um denominador comum. Entendo as reações, respeito, mas vamos respeitar o direito de fala do Secretário.

Secretário, o senhor está com a palavra.

O SR. EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ - Digo mais, eu poderia ter dito não em várias colocações do Sr. Oscarlino, porque tinham informações equivocadas, mas não fiz. Não fiz em respeito a ele e aos servidores.

Mas esse é o meu dia a dia! Eu tenho oitocentos ou algo assim, lotados na Secretaria. Eu não consigo ter um termo de referência adequado para seguir o meu trabalho cotidiano. Eu não consigo ter um Parecer, professora, que eu possa replicar, ir a frente. Não consigo ter uma resposta sobre informação qualificada da saúde. Eu tenho trinta anos na saúde e conheço a saúde. Não consigo ter! Eu não consigo ter depois das 16h um número suficiente de servidores para me apoiar! (VAIAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Gostaria, mais um vez, de pedir... Entendemos e respeitamos a reação, mas só vamos saber o que pensa o Governo se deixarmos o Governo falar. Entendemos a reação, mas vamos ouvir com a mesma atenção e respeito que ouvimos o Sr. Oscarlino por quase uma hora.

O SR. EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ - Repito: eu poderia ter feito a mesma coisa em muitas situações colocadas pelo Sr. Oscarlino, embora o respeite muito. Isso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

não significa que estou de braços cruzados, enxergando isso, batendo esta foto e fazendo uma análise sobre esta foto - costume dizer isso. Eu não sou uma foto, nem vocês serão. Isso significa um filme que veio de muito tempo. Falta de concurso? Sim! Assenti e acho importante. Nós precisamos oxigenar, nós precisamos ter alternativas. Eu não consigo fazer uma avaliação de contas, uma prestação de contas, porque eu não tenho contadores para fazer, não tenho contadores para fazer. Ah! Mas eu devo ter! Chamei a Sr^a Aduiza. “Aduiza, dê-me uma lista de contadores. E eles vieram gentilmente. Realmente os contadores existem, mas há muito não lidam com a área.

Então, quando eu vejo aquele quadro dizendo que temos realmente uma posição, ou melhor, uma série de profissionais multidisciplinarmente estruturados dentro da Secretaria, eu digo que é verdade, e preciso muito deles, só que já estão deslocados das suas funções há muitos anos.

Nos interessa o concurso público? Sim, nos interessa! E teremos o concurso público. Mas eu acho que nós temos que lidar diferente com o concurso público agora. Não será: “Passei no concurso e estou aposentado”. Não será; “Passei no concurso, tenho a minha formação, mas quero ir para algo fora da minha formação.” Eu acho que nós temos que aproveitar o conhecimento que foi determinado pelas necessidades estabelecidas pelo concurso público.

Existe um grupo de que todos participam: o SISMA participa, a nossa área de RH participa, a Secretaria de Gestão participa, que está procurando desenhar esse perfil. Então vamos aproveitar para que esses permaneçam no seu perfil.

Eu não consigo, eu tenho que fazer prestação de contas em cinco anos e eu não tenho contadores para fazer!

Muitas solicitações foram feitas, inclusive, pelo Presidente, em relação ao CRIDAC, por exemplo. Então eu pego esse exemplo rapidamente. Eu estive visitando praticamente todas as unidades do nosso serviço da Secretaria de Saúde. Todos eles já há muito como área física ou muitos deles não possuem mais as condições de salubridade para que o servidor trabalhe dignamente. Isso é real! Na Secretaria tem um buraco que está há anos lá. Se coloca mais um micro-ondas ali baixa todas as chaves ou pega fogo no prédio.

Eu fiz a proposta para o Oscarlino: Oscarlino, vamos mudar daqui. Vamos buscar uma alternativa para podermos reformar e dar uma qualidade de trabalho melhor. Vamos buscar ter projetos, processos que nós possamos gradativamente acompanhar, aproveitar esse grupo que é qualificado e que é muito bom para participar, para valorizar essas pessoas. Não estamos conseguindo. Se não tivermos um novo pensamento, não vamos conseguir. E não será a minha figura isolada, como disse aqui o Oscarlino, dentro do Gabinete que nós vamos conseguir isso. Nem com reações de preconceito ideológico ou qualquer que seja nós vamos poder chegar à frente.

E eu faço uma alusão muito importante: nós estivemos em Brasília, porque muitos não reconhecem esse fato, mas é real Sr. Presidente, o Sistema Único, como eu falei, como todos sabem, é tripartite. Ele é de financiamento das três esferas de Governo. Em 1990 - boa parte daqui ainda não atuava, mas eu já atuava - a tabela do Sistema Único já era defasada de pronto, de saída e a escolha estratégica foi municipalizarmos o processo do Sistema Único. Até 2009, ainda, houve algumas alterações do processo de tabela, mas parou ali. Já havia defasagem e parou ali. O que ocorreu? Nenhum hospital... E pisme se alguém não conhece: o Sistema Único de Saúde chamado único não é único. Ele compra 70% do seu atendimento do serviço privado, 70% do serviço privado. Portanto, não é um sistema único. Ele está adquirindo serviços, mas dentro dessa tabela que há muito está defasada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O que acontece neste momento? Todo e qualquer serviço de empresas médicas aqui, eu vou pegar o exemplo de Cuiabá, toda e qualquer negociação judicializada é determinada por um bloqueio judicial ou por afastamento do Secretário, que foi o que aconteceu comigo. Por quê? Porque a negociação feita entre as empresas médicas e o judiciário diz o seguinte: eu não atendo pelo Sistema Único de Saúde. Eu atendo por dez vezes mais ou muito mais pelo Sistema Único de Saúde. Esta é uma realidade, um fato. Onde está o Sistema Único de Saúde nessa hora? Onde está essa bandeira, então?

Eu sou médico, entendo muito bem e respeito - está aqui a Presidente do Sindicato - muito a remuneração médica, mas é um fato. Isso é um fato!

Surpreende-me, doutora porque, às vezes recebo com o carimbo da empresa médica uma proposta de OPMs. Isso eu nunca tinha visto. No meu tempo era antiético e muito recebemos isso. Então, tem uma série de coisas que estão envolvidas no dia a dia que nos toma totalmente tempo, inclusive, para encontrar alternativa para os servidores. Nós precisamos desse pensamento. Não adianta! Nós temos lá um contingenciamento nacional de 15%. Ou seja, são dezessete bilhões a menos de investimento da União em relação a nós. Talvez, não incomode a vocês no dia a dia, mas para gestor, sim, porque é menos oportunidade que nós temos de investimento, inclusive. E o Judiciário continua aceitando o processo de judicialização por embarreamento médico.

Perdoe-me a Presidente, mas isso muito me entristece, Presidente. Não é generalizado, com a graça de Deus, mas acontece. Isso significa que já um bloqueio de sete milhões que poderia atender milhares de pessoas, atende uma, duas ou três e não há recurso em lugar nenhum que não seja limitado.

Então, nós temos que repensar totalmente. Passou-me o Município que 70% do atendimento em Cuiabá de média e alta complexidade vêm do interior e todos os municípios são de gestão plena, recebem média e alta complexidade. Então, não estão sendo efetivos e nós, ainda, aportamos para esses municípios.

Então, na verdade, o que nós temos que discutir, e eu estou bem sensível à colocação dos servidores.. Aí é mudar o eixo e quanto a isso podem contar comigo, sem dúvida. Se nós vamos mudar o eixo, podem contar comigo.

A gestão dos hospitais, que é sempre uma dúvida...

Na gestão dos hospitais regionais nós encontramos, senhores, aquilo que os senhores conhecem melhor do que eu, uma alternativa positiva como alternativa sendo utilizada para benesses pessoais ou benesses de grupo. Isto eu não tenho medo de dizer. As organizações sociais existem. Assim como existe médico bom existe médico ruim; existe Organização Social ruim e Organização Social boa assim como existe servidor bom e servidor ruim, também. É assim que é a vida.

Agora, perdeu-se uma grande oportunidade, à época, de evitar o que, hoje, nós estamos tendo em relação aos hospitais regionais. Nós temos um imbróglio jurídico provocado por todas as estruturas do Judiciário que para eu arrancar aquele CNPJ de lá tenho que fazer uma história do tamanho de um bonde, como diria na minha terra. Mas nós estamos fazendo, porque nesse momento é que nós teremos capacidade de voltar a ter o atendimento desses hospitais. Enquanto isso eu não posso contratar um fio de cabelo. Se contratar, o interventor será cobrado disso. Será cobrado disso como muitos serão cobrados.

Então, nós temos que acabar, que mudar isso, que virar essa página. Agora, o modelo que nós vamos encontrar tem que ser conjunto. Nós precisamos entender as realidades,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

enfrentar, fazer esse enfrentamento. E, digo mais, muitos hospitais do interior de trinta leitos, vinte leitos, que recebem MAC, que recebem dinheiro do Governo Estadual e têm um custeio do município não deveriam ser nem hospitais, não têm condições de ser hospitais. Essa é a realidade. Mas esse enfrentamento é difícil. Imagine em um ano como este, onde teremos uma eleição para prefeito. Como é que eu vou fechar esse hospital? Vou criar um novo modelo de atendimento; vou criar referências.

Nós temos alguns hospitais que seguiram a 163, muito inteligentemente citaram o nome do Dr. Júlio Müller, uma grande figura humana e um grande exemplo, ícone deste lugar, que respeito muito, embora não o conheça pessoalmente, mas foi a visão da sua época, isto é verdade, ele conseguiu fazer na sua época o melhor que tinha para fazer. Este homem é só ensinamento.

Hoje, nós temos uma realidade completamente diferente, doze milhões de pessoas saíram do serviço privado da saúde, voltaram para o serviço público e pegaram o serviço público no pior momento da sua vida.

Há muito este Governo... Independente de bandeira - não estou falando de bandeira, a minha bandeira sempre foi a saúde - os contingenciamentos vêm sendo gradativos e pegam na veia.

Não terá nenhum dinheiro novo em 2016! Podem abrir duzentas UPAs aí que não terá nenhum dinheiro do Governo Federal para UPA.

Perdoe-me o pessoal do SAMU, também não terá dinheiro para o SAMU. Foi dito pelo Ministro, pelo seu Secretário de Assistência à Saúde! Isso é uma realidade, é um fato! Vai nos impactar, sim! Vai nos impactar, sim! Enquanto isso, nós estamos brigando entre nós.

Não, a hora é outra. É completamente diferente. Não teremos dinheiro do Governo Federal. O nível de cobertura que se fala muito... As UTIs estão estourando! A qualquer hora eu e o Ari estaremos presos. Levem-nos cigarro, por favor. Nós vamos o quê? Fazer nascer uma UTI hoje? Estão lotados todos os hospitais. Onde é que estava todo mundo há doze anos? Onde, Juliano? Onde é que estavam? Deveriam estar pensando em fazer UTI, onde é que estavam? É isso?

Portanto, a hora agora é encontrarmos uma saída conjunta, porque o arranjo de hoje que estamos vendo é o seguinte: o Judiciário batendo nas estruturas; vocês, com os servidores, distantes de serem valorizados, não estão motivados. Portanto, não podem estar cooperadores. Tem que existir um pacto diferenciado - falei isso para o Oscarlino. Precisamos ter um pacto diferenciado. Não é o Eduardo, não é o Oscarlino, não é uma pessoa, é a saúde, é a saúde de todos.

A minha proposta é essa. Eu poderia mostrar muitos números aqui, Sr. Presidente, mas como vamos ter a apresentação de números específicos em relação à Assembleia Legislativa, a minha proposta é essa.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, Sr. Eduardo Bermudez, Secretário de Saúde.

Daqui para frente vou ser democrático. O Sindicato não teve o tempo e o Secretário não teve o tempo, não teve limitação de tempo. Agora, eu tenho que limitar, senão sairemos daqui à meia-noite. Então, eu tenho que limitar o tempo, até para produzirmos mais. Têm algumas perguntas que eu mesmo, ao final, vou querer fazer ao Secretário.

Vamos ouvir três da plateia... Como têm vários inscritos, vamos conceder três minutos para cada um. Tentem sintetizar o máximo. Eu vou ser extremamente justo para não atrapalhar a linha de raciocínio de ninguém. Vamos ouvir três da plateia e voltarmos aos componentes da mesa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Com a palavra a Sr^a Ana Lúcia Ricarte, Assessoria Jurídica do SISMA, que dispõe de três minutos. (PALMAS).

A SR^a ANA LÚCIA RICARTE - Boa tarde a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar os componentes da mesa, na pessoa do Dr. Alexandre Guedes. É uma honra tê-lo aqui.

Em relação à fala do Secretário sobre a judicialização, é muito simples, Secretário, essa questão precisa ser investigada. E quando se tentou investigar isso, o senhor sabe o que aconteceu? Abriram um PAD contra todos os servidores que tentaram investigar. (PALMAS).

Nós temos, sim, um número enorme de judicialização no Estado de Mato Grosso com liminares acima do normal, bloqueando contas. Isso, com certeza, deveria estar sendo revestido para a saúde pública para um bom atendimento e qualidade do serviço público.

Em 2012 nós tivemos 2.737 liminares; em 2013, 3.047; em 2014, 3.500. Esses dados são do gabinete do próprio Secretário que está aqui.

Nesta forma, nós tivemos bloqueados, em 2013, cento e seis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais; em 2014, nós tivemos sessenta e oito milhões, novecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e seis reais.

É muito difícil administrar a saúde pública com tanto dinheiro indo pelo ralo, sem nós termos realmente o conhecimento se esse serviço é pago dessa maneira.

Agora, com relação às necessidades dos servidores públicos e a condição de trabalho, nós sabemos... O Tribunal de Justiça inclusive foi convidado.

Além da investigação, nós podemos muito bem montar um Núcleo de Conciliação e Mediação em relação à judicialização da saúde. Por que o Estado não fez isso ainda? Nós podemos, inclusive, impedir as liminares. Isso é gestão! Isso é ação! (PALMAS)

O senhor quer ajuda? Nós temos condições de ajudá-lo, marque reuniões.

Eu tenho uma experiência pública como Advogada deste Estado há dezessete anos e estou à total disposição do senhor e da sua equipe. (PALMAS)

Agora, nós sabemos que a questão da saúde com relação ao trabalhador... Trabalho é um bem da vida que consiste no legítimo instrumento da concretização da democracia e da dignidade da pessoa humana, tanto que está no Art. 1º, depois nós vamos para o Art. 6º, onde temos lá a função social do trabalho e tem o fechamento, no Art. 7º, que é assegurar essa condição do trabalho.

Pois bem, o que nós temos? Os nossos servidores quando vão receber o adicional precisam distribuir ações para recebê-lo. Isso quando não estão recebendo adicional incorretamente. E o senhor sabe por quê? Porque os laudos não são feitos de acordo como manda as NRs.

É vergonhoso ter que ir ao Poder Judiciário pedir equipamento de segurança para servidor público e pagamento de adicional de insalubridade.

Além disso, Sr. Secretário, nós temos a questão que a natureza do trabalho é transindividual, é indivisível, ou seja, “o pau que bate em Chico, bate em Francisco”. O trabalhador da área privada não pode ter mais direito que o trabalhador da saúde ou o trabalhador servidor público. Nós não podemos ter esse tratamento diferenciado.

Se a Secretaria de Saúde fosse uma empresa já teria sido multada, fechada e lacrada. Ela não estaria funcionando! Com certeza! (PALMAS)

Se fossemos colocar a gestão do Estado de Mato Grosso como uma empresa, jamais seria um *case* de sucesso, porque um bom gestor tem que primeiro priorizar as pessoas, e a grande chave dos negócios, ou no serviço público, são as pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O art. 225 vem destacar o direito do meio ambiente saudável e com o assédio moral não é possível, sem condições de trabalho não é possível, sem uma cadeira não é possível! (PALMAS)

E para fundamentar isso nós temos ações de reclamações de toda natureza.

Agora resolveram militarizar o SAMU.

(MANIFESTAÇÃO DA PLATEIA.)

A SR^a ANA LÚCIA RICARTE - Colocaram lá um Policial Militar, um Bombeiro Militar, que vai fardado, que instiga e que lá assedia moralmente!

Desmontaram o SAMU! O SAMU foi montado para ser igualmente em todo o País. Não é o SAMU de Cuiabá, o SAMU de Cáceres, o SAMU de Minas Gerais. É o SAMU. Existem Portarias do Ministério. “Ah, mas eu preciso de um Farmacêutico e não quero saber! Levo o Farmacêutico onde ele estiver.” E não é assim! Isso é assédio.

Recentemente eu tive uma reunião com o nosso Secretário da Casa Civil e tive a oportunidade de mostrar um dos assédios morais.

Coincidentemente chegou para mim no *WhatsApp* uma servidora que tirou foto de como são tratados com dizeres indignos no mural: “Acabou a farra do servidor! De agora em diante...” Desse jeito! Mostrei a ele. E ele disse: “Esse não é o comportamento que o Governo do Estado espera dos seus gestores!” Eu falei: muito bem! Nós também não.

Insalubridade. Nós tivemos que distribuir ações para discutir insalubridade. Como se não bastasse não pagar, temos a Lei Complementar nº 502, de 2013, que taxa a insalubridade em valor fixo, sem qualquer tipo de critério, descontos indevidos, falta de pagamento de direitos.

Servidores entram com pedido de férias e de aposentadoria e levam meses para obter uma informação.

O resultado disso se reflete sabem como? Num Estado enfraquecido que a cada dia, porque seus servidores estão cansados, estão desmotivados, estão desesperados, querem se aposentar. Ligam-me pedindo pelo amor de Deus que eu faça um cálculo, que eu dê um jeito deles se aposentarem.

O gestor necessita olhar e valorizar as pessoas. Esta é a máxima do nosso século e nós não estamos vendo isso.

Constitucionalmente devemos priorizar a saúde do trabalhador. O medo e a responsabilidade fiscal não podem ser maiores do que o medo de perder vidas. E é uma questão de gestão!

Nós temos, sim, fórmulas caseiras muito melhores do que OSSs, porque existem OSSs boas e OSSs ruins, só que para cá só vieram as ruins. As boas devem estar todas lá no Governo de São Paulo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado à Dr^a Ana Lúcia Ricarte.

Peço a compreensão com relação ao horário. Nós vamos ter que ser um pouco chato, mas é para que todos possam falar e possamos terminar com foco esta Audiência Pública, que é o desejo de todos nós e da sociedade.

Com a palavra, Morgana Moura, do Conselho Regional de Psicologia, que dispõe de quatro minutos.

A SR^a MORGANA MOURA - Boa tarde a todos e todas!

Os meus cumprimentos à mesa, aos homens na mesa, e à Eliane, única mulher da mesa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Boa tarde!

Venho hoje representando o Conselho Regional de Psicologia, mas não só, venho representando principalmente a Frente de Luta pela Saúde Mental da Cidade e do Estado e também o Fórum Municipal Permanente de Saúde Mental de Cuiabá.

Mais especificamente sobre a Frente da Luta de Saúde Mental, ela foi iniciada a partir também do Conselho Regional de Psicologia, a pedido e a súplica dos servidores de saúde mental de Cuiabá e de Várzea Grande. É uma Frente formada por cidadãos e cidadãs das mais diversas áreas de atuação, principalmente os profissionais e a organização civil.

Então, estou aqui hoje como representante do Conselho, mas como representante do movimento social que reivindica a implantação e a criação dos serviços substitutivos do modelo manicomial.

Não há efetivado hoje nem no Município, muito menos no Estado, a nossa RAPS. Não há efetivado a RAPS dentro do nosso Estado.

Aproveitando a ocasião, venho por meio deste, também entregar um documento, que é uma carta aberta, em defesa da saúde mental no Estado e no Município, na qual nós fazemos reivindicações e exigências sobre o atual funcionamento, ou melhor, não funcionamento da nossa RAPS.

Por meio deste documento que eu vou entregar especificamente para o nosso Secretário Estadual, e também para o Presidente da mesa, que diz: “A Frente de Luta pela Saúde Mental afirma o seu compromisso nesse estado democrático de direito, bem como o Sistema Único e a reforma democrática brasileira, repudiando qualquer possibilidade de retrocesso nos avanços técnicos, científicos e assistenciais alcançados em nosso Estado”.

Eu falo isso do sucateados dos CAPs à falta de implantação de ações nos PSFs. Então, é todo o sistema, que vai desde a atenção básica e atenção primária até as estratégias de desinstitucionalização.

Eu vou ser breve, como bem pontuou, e nós também não tivemos espaço na mesa, mas a proposta é que esta Carta seja respondida o quanto antes, porque não se trata de um movimento institucionalizado, mesmo que neste documento várias instituições são signatárias, assim como o Conselho Regional de Psicologia, o Conselho Regional de Serviço Social, o CREFITO também, e vários outros sindicatos e outros movimentos.

A proposta é que possamos ter as exigências que aqui, pelo tempo, não vou conseguir ler a todos, mas esta Carta será publicizada para que todos possam ter acesso.

A proposta justamente é que nesse espaço possamos complementar as denúncias que estão sendo efetivadas aqui.

Hoje a Frente de Luta de Saúde Mental denuncia que a atual gestão rompe e desrespeita todas as conquistas relacionadas que foram conferidas pelos trabalhadores do SUS. (PALMAS)

Só para esclarecer, o meu tempo se esgotou.

Então, as exigências que nesta Carta constam não é somente uma inquietação de melhorias pontuais, mas sim uma reivindicação para que seja efetivada a lei e para que não tenhamos riscos de retrocessos em nossa política de saúde mental.

Então, todas as leis elencadas aqui senhores não é a invenção da roda. É simplesmente que elas sejam efetivadas.

Então, eu vou só entregar o documento a vocês para que isso seja colocado a público hoje. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Obrigado, senhora Morgana Moura, representando o Conselho Regional de Psicologia, inclusive foi em cima e ocupou o tempo com precisão. Obrigado.

Com a palavra, Jaime Carvalho Júnior, servidor público, três minutos.

O SR. JAIME CARVALHO JÚNIOR - Boa tarde a todos.

Cumprimento o Presidente da mesa e os companheiros.

Eu me sinto muito triste em estar aqui hoje mais uma vez. Trabalhei a noite inteira no SAMU para estar aqui representando, brigando por uma coisa que é direito nosso.

O Secretário falou: “Ah, não tem contador”. Eu vou dar um exemplo claro, por cima: dentre os motoristas da Secretaria deve ter, no mínimo, cinco contadores, só dentre os motorista. E aí quer falar para mim que não tem contador, que não tem não sei o que!

Tem que fazer concurso, Secretário! Faz horas que estamos falando isso! Eu sou o mais novo aqui, eu fui o último servidor a tomar posse, tenho 11 anos de casa, não nomeou mais ninguém. Por que? “Não tem dinheiro, não tem isso, não tem aquilo”. Desse blábláblá nós estamos enjoados, nós estamos esgotados. Nós queremos uma providência: “Vai ter concurso”? Eu quero ser nível superior, porque sou motorista, quero ser nível superior, porque tenho formação, mas não tem concurso na Secretaria. Por que? O porquê eu não sei, não tem dinheiro, não tem... Nós queremos uma posição desses Deputados hoje que estão aqui! Deem uma posição para nós, nós estamos esperando, as eleições vão dar o recado para os senhores.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, Jaime Carvalho Júnior. Não precisava exagerar, Jaime, não ocupou nem a metade do tempo, mas muito obrigado, você facilita muito meu trabalho dessa forma, como Presidente desta mesa.

Com a palavra, o Líder do Governo desta Casa, Deputado Estadual Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Presidente. Vou falar sentando aqui, se o senhor me permitir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Eu gostaria de registrar a presença e convidar para compor a mesa o Deputado Estadual Dr. Leonardo. (PALMAS)

O SR. WILSON SANTOS - Presidente desta Audiência Pública, Deputado Emanuel Pinheiro; Deputado e médico Dr. Leonardo; Secretário de Estado de Saúde, Dr. Eduardo Bermudez, quero cumprimentar todos os servidores em nome do Oscarlino, velho conhecido nosso, e repassar a você, Oscarlino, e a sua família meus sentimentos pela passagem do seu sogro nesta data, mas nem isso o impediu de estar aqui defendendo sua categoria.

Gostei muito de todas as falas aqui ditas, todas recheadas de verdades, todas, sem exceção, talvez um reparo aqui, um reparo ali.

O importante, Promotor Dr. Alexandre Guedes, é a abertura do diálogo. Essa é a questão principal. Ninguém tem varinha de condão, nem os servidores têm, nem os Governos municipal, estadual e nacional possuem. Agora, se a proposta do Secretário Bermudez for levada a cabo, eu penso que nós sairemos daqui com algo concreto, que é constituir um grupo de trabalho. (VAIAS)

E também gostei muito da fala da Dr^a Ana Lúcia. Dr^a Ana Lúcia, eu sempre procuro anotar, a senhora sugeriu a formação de um núcleo de trabalho em relação a trabalhar com as liminares. É isso? Seria um núcleo de judicialização. A senhora sugeriu isso? (A SR^a ANA LÚCIA DIALOGA COM O DEPUTADO WILSON SANTOS FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. WILSON SANTOS - Hoje os processos estão todos guardados no porão da saúde. Houve um início investigação. Mas foi barrada.

Então, a Dr^a Ana sugeriu a formação de um núcleo de trabalho, acho perfeito, Deputado Emanuel Pinheiro, pode ser o nosso primeiro resultado concreto desta audiência pública, em relação a liminares, inclusive, com a participação da senhora, aproveitando a experiência que a senhora possui. Isso é um resultado concreto da audiência pública.

Inclusive, os servidores da Secretaria já fizeram cursos de mediação e conciliação para estarem lá.

(A SR^a ANA LÚCIA DIALOGA COM O DEPUTADO WILSON SANTOS FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - A senhora vai fazer uso da palavra? Porque senão nós vamos ficar num debate que será infrutífero. Daqui a pouco você... A Dr^a Valéria vai falar.

A SR^a ANA LÚCIA RICARTE - O que ela está querendo dizer é que já existem servidores com experiência e formados para o setor de mediação.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Eu entendi. Ela está inscrita, daqui a pouco ela vai falar e pode esclarecer melhor.

Com a palavra, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Então eu estou só coletando, Dr. Alexandre Guedes, o que de concreto nós podemos avançar aqui. Porque o grosso até aqui foi a apresentação de diagnósticos, todos eles verdadeiros, que estão se arrastando há um mês, seis meses, doze meses, cinquenta meses, cem meses, duzentos meses, muitos e muitos meses. O Governo atual tem apenas quinze meses! Têm problemas aqui de dez anos, de doze anos, como Vossa Excelência me chamou a atenção. Então nós queremos encontrar esse entendimento.

O Secretário coloca, Deputado Dr. Leonardo, que o caminho é mudar completamente o eixo, é mudar completamente o pensamento colocado até aqui.

Houve um elogio aqui claro ao Dr. Júlio Müller, endossado por todos aqui - é uma figura nacional, uma das melhores cabeças em gestão de saúde pública -; e o Secretário atual fez ponderações de que a realidade do Governo Dante não é a mesma hoje. Eu participei do Governo Dante, fui Secretário de Estado, fui Deputado Estadual, e lembro o trabalho de descentralização que o Dante fez, quando prefeito, com o próprio Júlio Müller, construindo as policlínicas do Verdão, do Planalto e do Coxipó.

E lembro o trabalho que o Dante fez, como Governador, avançando na descentralização, concluindo os hospitais regionais de Rondonópolis, Cáceres, Sorriso, Colíder e Barra do Bugres e implantando a Escola de Saúde na Secretaria. Tudo isso correto para a época.

Agora o Secretário trouxe um comportamento novo. Com a crise que está aí há dois ou três anos, doze milhões de brasileiros deixaram os planos particulares de saúde e mergulharam no SUS, nesse SUS, como alguém colocou aqui, cujas tabelas são as mesmas desde 1990, quando eu tinha 28 anos de idade, hoje eu tenho 54 anos, já sou avó, Deputado Emanuel Pinheiro! Na tabela do SUS, a consulta, o raio x, o exame - seja de imagem, seja clínico - são os mesmos de 1990.

Então, nós estamos diante de um problema que é o mesmo do Oiapoque ao Chuí. É o mesmo! Esta audiência pública, Deputado Emanuel Pinheiro, poderia estar sendo feita em Goiânia, em Campo Grande, Belo Horizonte, em Gramado, em Fortaleza, na Paraíba, em Vilhena. A

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

reivindicação é a mesma! Agora, o que nós podemos fazer para melhorar? Aí o Governo está pronto para sentar e dialogar.

Eu gosto muito, Oscarlino, do seu jeito moderado, sempre pronto, aberto, sem preconceito para conversar, humilde, nunca deixou de procurar quem quer que seja nesta Casa, isso facilita as conversas.

Nós vamos fazer da saúde mato-grossense a melhor dos mundos? Não, mas dá para avançar muito coisa.

Eu quero aqui - que eu pontuei, Deputado - dizer que era, ainda, muito moço quando vi os militares, jovem Promotor, implantarem o SUDES-Sistema Único Descentralizado de Saúde. Depois, a Constituição de 1988 tirou o descentralizado e ficou só SUS. Lembro-me bem! Não há um país no mundo que não possua esse modelo. Barack Obama tentou implantá-lo, mas apanhou e não tem nenhum dos candidatos que irá à disputa, tanto Hillary quanto o Donald Trump, que tem coragem de defender a proposta de Barack Obama, porque perde voto, infelizmente.

Esse é um modelo que nós acabamos criando que na teoria não há nada que possa passar perto, mas só que a teoria é uma coisa e a prática é outra. A prática é outra.

O SUS é algo fantástico, mas ainda vamos levar algumas décadas para implantá-lo integralmente, Sr. Presidente.

Eu tive privilégio de ser Prefeito desta cidade. Na Saúde eu optei pela atenção básica. Na nossa gestão nós implantamos trinta e seis equipes do Programa Saúde da Família, que na minha concepção é o começo, o início, a origem. Se você diagnosticar a diabetes, a hipertensão, no início você controla, tira aquele paciente... Eu tenho um tio que morreu com 94 anos diabético. Foi aos 94 anos. Conseguiu controlar. Eu conheço pessoas que tiveram pressão de 18, 19, 22 que com um pequeno captopril conseguem ter uma vida qualificada.

Os PSFs de Cuiabá, que são setenta equipes hoje, têm 95% aproximadamente do cadastrado de todos os hipertensos e cardíacos do município. Faltaram três dias sai o motoqueiro atrás para levar o remédio.

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. WILSON SANTOS - Eu poderia aproveitar aqui, porque já não sou Prefeito, para difamar o atual. Não vou fazê-lo. Eu sei que não é fácil. Não é simples.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Pessoal, vamos prestar atenção no Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Tanto é verdade que a média de vida em Cuiabá só tem aumentado, senhores! Que alguém me mostre o contrário. Alguém aqui, Doutor em saúde, me prove o contrário. A média de vida em Cuiabá só tem aumentado. Por favor, algum doutor me mostre um documento contrário. Por quê? Porque o Programa PSF é um dos melhores, é algo sensacional.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Vamos garantir a palavra ao Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Eu tive a paciência de ouvir todos. Nem todas as falas eu concordava, mas ouvi com muito carinho.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Está garantida a fala ao Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Com relação às liminares, Dr^a Ana, o nosso Governo teve uma ação concreta com relação a isso.

Eu vou pegar os números que a senhora passou.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

A senhora nos disse que em 2013...

Em 2012 o Poder Judiciário emitiu duas mil, setecentas e trinta e sete liminares. A senhora não falou o quanto isso impactou financeiramente, porque, talvez, não tenha o dado; em 2013 a senhora passou três mil e quarenta e sete liminares, um bloqueio de cinquenta e seis milhões; em 2014 pulou para três mil e quinhentas liminares. Houve um aumento de 21%. Foi para sessenta e oito milhões. Sabem quantos foi em 2015? Se mantivesse o aumento de 21%, teria ido para oitenta e dois milhões. Com a ação do meu Governo, que tenho orgulho de defender aqui, nesta Casa, baixou para quarenta e um milhões em 2015. Então, nós temos agido sim. O nosso Governo proporcionou uma economia no tocante às liminares na Saúde de aproximadamente quarenta e um milhões em 2015 e essa ação que o Governo faz ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública tem trazido resultados, sim.

Outra observação importante, Oscarlino, é que quando assumimos havia três repasses para os municípios que havia deixado de ser feitos pelo Governo anterior. O nosso Governo repassou os três atrasados e procura manter os repasses rigorosamente em dia, mesmo a diante da queda da arrecadação, mesmo diante de uma série de situações que está aí.

Eu quero encerrar objetivamente propondo o seguinte, Deputado Emanuel Pinheiro; Secretário de Estado Eduardo Bermudez e Sr. Oscarlino: que nós continuemos o diálogo, esse diálogo respeitoso e produtivo.

Envolve, Sr. Presidente, a Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, que Vossa Excelência preside nesta Casa, chame todos os dez membros da Comissão para que possamos constituir um grupo de trabalho permanente em relação a isso dentro da linha que o Secretário colocou de que está pronto para o diálogo, principalmente se o eixo, se o foco for mudado. Ele só não falou quais são os focos, mas estará aqui e com certeza esclarecerá.

E nós não podemos perder a oportunidade de um Governador com as características que nós temos em Mato Grosso, hoje. Um Governador honesto, isso é primordial, mas faz tempo que o Estado não tem. Essa é outra verdade e não vamos entrar no mérito disso.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: nós estamos diante de um momento que a Saúde pode avançar muito e não vamos nos perder em radicalizações, em ideologizar este debate.

O Governador Pedro Taques é de origem do serviço público. Foi funcionário do BEMAT; foi Procurador do Estado do Estado de São Paulo, foi Procurador da República no Acre, em Rondônia, em Tocantins e em Mato Grosso; foi Senador da República. Ele é servidor público de natureza. Ele não é empreiteiro, não é plantador de soja, de algodão, criador de boi, de cavalo, de jumento, de égua. Ele é servidor público de natureza. A sua mãe é Professora da Rede Municipal da Capital aposentada; Professora da Rede Estadual aposentada.

Eu quero dizer: não vamos perder essa chance de fraturar este diálogo permanente. Muitas coisas nós não teremos condições de atender e teremos que ter a hombridade de dizer não, mas há muita coisa que dá para atender, sim. Coisas mezinhas, razoáveis.

E aí, Deputado, disse muito bem alguém aqui: os senhores Deputados, também, precisam fazer as suas partes. Tem matérias nesta Casa que precisam ser apreciadas. E, mais uma vez, eu faço este apelo: temos um momento bom para avançar. Um Governador honesto, do diálogo, que trabalha com a transparência e que está, mesmo que alguns discordem e nós respeitamos, trabalhando, priorizando a Saúde.

Mesmo que alguns ou a maioria discorde nós queremos colocar que a saúde é uma das prioridades do Governo Pedro Taques.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Secretário Eduardo Bermudez, obrigado pela sua presença e o respeito aos servidores.

Esses servidores, Eduardo Bermudez, não tem culpa do que está aí. Eles são muito mais vítimas do que culpados. Pouquíssimos tiveram a oportunidade de dirigir alguma coisa.

Eu quero dizer ao senhor o que eu sempre disse ao Permínio Pinto: Secretário, ouça o servidor! Ouça o servidor, porque eles estão no chão da unidade de saúde. Eles estão lá! São eles que recebem a primeira pancada! A mãe desesperada, tresloucada na busca da solução do filho, desabafa neles, nos servidores. Ouça os servidores!

Aqui foi colocada uma reclamação que eu vou levar ao Governador, que ele não admite: nós, Deputados, somos acossados diuturnamente para nomearmos DGAs no Estado inteiro, e essas figuras que fazem filas, nos pressionam, nos cobram, quando nomeados, elas não têm direito de maltratar o servidor efetivo ou concursado da Secretaria. (PALMAS). Isso é o mínimo que se espera, um tratamento urbano, descente.

Então, isso é inaceitável, Secretário! Esta reclamação me chamou a atenção. Isso é o mínimo da boa educação! E é verdade, porque eu tenho recebido esse tipo de denúncia de outras Secretarias. Isso não é apenas na sua Pasta, tem mesmo essa conversa de buscar pelo braço, de tirar... Isso é assédio moral. O Estado pode ser acusado e ter que indenizar, inclusive.

Há uma Mensagem agora do Governador aqui para indenizar os descendentes de José Henrique Trindade, que foi assassinado há trinta anos. O Estado agora, finalmente - transitou em julgado -, foi obrigado a indenizar a viúva e todos os seus filhos, porque um policial tirou a vida de um trabalhador, de um lavrador, e depois de três décadas de julgamento houve o reconhecimento. Agora o Estado mandou a Mensagem para cá, o Governador pedindo autorização para a Assembleia Legislativa para fazer a indenização. Isso foi algo fatal, tirou a vida. Mas qualquer assédio moral, por menor que seja, cabe uma ação, uma ação reparatória.

Servidores, parabéns pela luta! Quem não luta não merece a vitória! Continuem organizados.

Oscarlino, parabéns pela forma educada, elegante, documental! Eu entrei no Estado, em 1981, como professor interino na Escola Estadual de 1º e 2º graus Eurico Gaspar Dutra, antigo Ginásio Brasil, no Porto, e nunca vi um Sindicato - posso até estar cometendo uma heresia aqui -, colegas Deputados, produzir um documento como este, com está qualidade. Isto passa credibilidade, respeito.

Parabéns! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, Deputado Wilson Santos!

Concedo a palavra agora a Drª Eliane Siqueira, Presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso.

Ao final da fala da Drª Eliana, Secretário, eu tinha até anotado que Vossa Excelência, por ser o gestor da pasta, é a figura central em nome do Governo do Estado. Vossa Excelência falou em novo pensamento e mudança de eixo. Então, até para que possamos avançar nesta Audiência Pública, eu passarei a palavra a Vossa Excelência após a fala da Presidente do Sindicato dos Médicos para que, em poucos minutos, possa, como diz o ditado, trocar em miúdos o que é o novo pensamento, o que é a mudança de eixo.

O SR. WILSON SANTOS - Pela Ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Deputado Wilson Santos...

O SR. WILSON SANTOS - Eu vou me retirar, o senhor vai ficar mais tranquilo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Pois não.

O SR. WILSON SANTOS - Eu tenho um compromisso em Cáceres, Sr. Presidente, e preciso sair.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Boa viagem!

O SR. WILSON SANTOS - Desculpa-me, pessoal! Mas vai permanecer aqui o Vice-Líder do Governo, que é médico e entende muito mais de saúde do que eu.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado pela sua presença, Deputado Wilson Santos, que muito enobreceu e elevou esta Audiência Pública.

Com a palavra a Dr^a Eliane Siqueira, Presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso.

A SR^a ELIANE SIQUEIRA - Boa tarde a todos.

Em nome do Deputado Dr. Leonardo, cumprimento os componentes da mesa; em nome de todo mundo, aqui, um salve para vocês!

Estou muito feliz de ver todo mundo aqui, como sempre estivemos, diferente do que o Secretário falou. Nós sempre estivemos em luta pelo SUS e não é desde 2012, mas, sempre! Eu já tenho dezoito anos de SUS, tem gente com vinte, trinta anos de SUS e sempre estiveram aqui. Nós sempre vemos as mesmas carinhas.

Então, parabéns a vocês! Nós vamos continuar em defesa do SUS sempre.

Então, eu quero começar dizendo que saúde é um direito de todos e dever do Estado. Esse direito, esse capítulo, esse item da Constituição Federal foi um direito duramente conquistado pelos trabalhadores da saúde na reforma sanitária. Desse direito não vamos abrir mão. Então, não vamos abrir mão de terceirizar a saúde para outras pessoas, que não o Estado que nos represente.

Nós temos lutado, servidor público de carreira, como disse o Secretário, mãe, servidora pública e tudo mais se comprometeu em acabar com as OSS; comprometeu-se e muitos de nós, aqui, demos o nosso voto para esse Governador confiando na sua promessa de que OSS é roubalheira.

Então, nós fomos contra as OSS e contra as empresas de qualquer natureza que privatize o SUS.

Então, no caso, o Secretário citou que algum médico, alguma pessoa o procurou para oferecer vantagem da OPME. Tenho certeza absoluta que esse que procurou não era servidor público, não era servidor da SES (PALMAS). Essa pessoa que procurou o Secretário era dessas empresas que estão aí tirando, virando, transformando a saúde em mercadoria.

Nós estávamos há poucos dias com quatro hospitais do interior sem funcionar, fechados, porque as empresas não recebiam; porque os trabalhadores não recebiam e o Estado não tinha nada a fazer, eram empresas terceirizadas com salários atrasados.

São coisas que não podemos deixar mais... Nós não vamos deixar, vamos continuar lutando... Nós estivemos juntos em várias caminhadas, em várias Assembleias, em várias audiências públicas, no Bloco “Xô OSS”... Desde 2013, são quatro anos seguidos que nós saímos juntos para falar que não somos favoráveis à privatização, não somos favoráveis a nenhum tipo de desmonte do SUS. Nem nós, as OSS são boas. Não existe OSS boa! Não existe OSS boa em nenhum lugar do Brasil. Não é aqui que vieram as ruins, não. Não existe OSS boa nem aqui, nem em São Paulo, nem em Goiás, que recentemente foram lá e falaram que era modelo. Não tem!

Nós vamos continuar lutando contra as OSSs com a mesma garra, só que agora, Secretário, nós, os trabalhadores, estamos perdendo a paciência, porque vimos aqui, gentilmente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

mostrar os nossos números; gentilmente, mostrar nossos dados, falar que estamos cansados de vir negociar, sentar em mesa de negociação, fazer acordos judiciais, acordos judiciais esses que não são cumpridos e não tem nenhuma punição para o Governo.

Vocês sabem que os médicos de Cuiabá estão em greve, não existe nenhum motoqueiro que vai atrás de ninguém para levar medicação, não. Não tem nada disso. Essa é uma piada de muito mau gosto. Se nós não temos respostas do Governo, como não tivemos em Cuiabá, eu acho que depois do Prefeito Wilson Santos não foi criado uma unidade de atenção básica. E, diferentemente do que ele falou, que está aberto à negociação, nós só conseguimos avançar nas negociações em Cuiabá em 2009, quando médicos pediram demissão dos seus empregos, saíram em massa porque não tinha mais como ficar.

Hoje em dia demissão em massa não é uma questão mais. Por quê? Porque os médicos, inclusive todos os trabalhadores da saúde, sabem que é isso que eles querem, que nós desistamos do serviço público. Eles estão nos colocando naqueles lugarzinhos que o Oscarlino falou, colocando você à margem do sistema, para você desistir e falar: não tenho mais como fazer nada. Não tenho mais como trabalhar. Não posso dar respostas.

Eles querem nos colocar num abismo para que o servidor público largue sua carreira e vá fazer outra coisa. Mas nós não vamos desistir! Não vamos desistir, porque esse governo é passageiro, como todos os governos federal, estadual e municipal. Os tripulantes dessa nave aqui somos nós, servidores públicos, que não vamos desistir de lutar pelo SUS.

Sucatear para privatizar. Essa é a lógica de todos os governos. Não é privilégio do Governo Estadual de Mato Grosso. Brasil, Estados e Municípios estão sucateando para tirar a legitimidade.

A população não vai mais reconhecer a saúde como um bem público. Eles falarão: “Ah! Nunca consigo nada pelo SUS, então pode privatizar”. Porque não entendem!

Então, não investir em atenção básica e não fazer concurso público é o começo do fim do SUS. Todo mundo aqui pedindo concurso já. Todo mundo aqui lutando por melhores condições de trabalho, sabendo que os trabalhadores da SES, os trabalhadores do serviço público têm toda a competência, tem vontade, sim, senhor. Não tem ninguém desanimado aqui, ninguém com má vontade de trabalhar. Tem vontade e tem conhecimento de gerir a saúde deste Estado. (PALMAS)

Não precisamos importar ninguém de fora. Aqui tem gente competente, sim.

Então, eu queria que todo mundo pudesse liberar também a voz na garganta, porque eu acho que é bom falar, porque todo mundo deve estar engasgado.

Eu queria chamar esse coro aqui: “Não, não, não à privatização”.

A PLATEIA - Não, não, não à privatização! Não, não, não à privatização!

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Eu terei que inverter um pouco, em virtude de compromisso que ele terá agora e nos avisou antes, com a palavra, por quatro minutos, o Dr. Elias Masrala, Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional-CREFITO.

O SR. ELIAS MASRALA NETO - Boa tarde a todos!

Cumprimento a mesa, o Deputado Emanuel Pinheiro e o Oscarlino, pela iniciativa desta atividade.

Represento o CREFITO-9, que junta as profissões de fisioterapia e terapia ocupacional, que é o Conselho Regional, mas, acima de tudo, sou igual a vocês, colega da SES, também sou da SES.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Quando eu recebi este convite, me senti muito honrado em poder estar aqui e contribuir um pouco com vocês, profissionais de saúde da mais alta qualidade, que nós respeitamos.

Afinal, nós todos temos cargos porque fomos, de certa forma, aprovados num concurso e chegamos onde chegamos não por apadrinhamento e tapinha nas costas. Não. Foi por nossas qualidades.

E estamos aqui agora nesta situação...

Aliás, Deputado, quero deixar uma sugestão. Nos próximos eventos nós precisamos de um espaço melhor... (PALMAS) ...para que possamos ficar mais confortáveis... (PALMAS) ...onde tenha mais espaço.

Estou falando isso porque fui convidado pelo Oscarlino para falar da ergonomia. Então, tem tudo a ver com o que nós estamos falando.

Vocês estão em péssimas condições ergonômicas e daí a paciência se esgota. Tinha uma colega ali com a perna adormecida - coitada -, já não tinha mais posição.

O que é que eu fiz?

Para poder contribuir com vocês e não ir embora sem falar um pouquinho, eu peguei este material que o Oscarlino apresentou, liguei hoje para ele cedinho, para conversarmos um sobre ele, até estava aqui na tela e eu poderia ter apresentado, mas irei me referir a ele porque ele traz coisas fundamentais para o nosso assunto, que são condições de trabalho, em especial, saúde nossa, de trabalhadores do SUS.

Sugiro a todos a leitura desse documento, se debruçar sobre ele. Eu li as cento e noventa e cinco páginas dele, estudei mesmo e o achei de relevância, primeiro, porque ele parte de uma construção coletiva, com a contribuição de pessoas da mais alta qualidade neste Brasil, como a Maria Helena, o Dr. Júlio Müller, e outros diversos que contribuíram e escreveram aqui.

Eu sou professor e vou levar para os meus alunos para poder discutir com eles um pouco sobre saúde pública aqui. Vale a pena os olhares que estão postos aqui.

Mas eu gostaria de chamar a atenção de vocês para detalhes que aqui estão, que nos chamam para a reflexão.

Primeiro, vocês estão falando de assédio moral, vocês estão falando de elevado absenteísmo, estão falando de instalações depreciadas e ambientes insalubres, estão falando de inexistência de investimento em tecnologia - há muitos anos neste Estado - e pouco incentivo para política de formação. Isso já é grave.

Os trabalhadores do SUS, está escrito aqui, estão desmotivados. As palavras são as seguintes: desmotivados, adoecidos, etc., etc., levando a atitudes, comportamentos, doenças, como depressão, estresse, suicídio, entre outros.

A minha área é saúde do trabalhador. Isso aqui é ponto gravíssimo em relação de trabalho. Onde há assédio moral, onde há essas condições de trabalho, não há condições humanas de se viver, de se trabalhar, de se produzir e de atender o outro, que é o nosso papel, assistir o outro.

Frase do Dr. Júlio Müller aqui neste texto. Ele fala palavra medo. Nós estamos trabalhando com medo. Medo! Medo de opinar.

E vem a pesquisa que vocês fizeram, que eu falei para o Oscarlino, eu sou professor, e uma pesquisa, mesmo que seja respondida por 426 servidores, tem, porque ela trata de questões subjetivas, de impressões sobre o trabalhador, e o trabalhador emite isso, porque ele fala sua percepção, e a percepção do trabalhador é fundamental, a percepção do trabalhador, porque o trabalhador está percebendo um monte de coisa, e esses 426 valem sim pelos quatro mil. Os que os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

426 estão dizendo, sob o ponto de vista de pesquisa, tem aplicação, sim, sobre a demanda. Não é, professor?

Olhem os pontos que eu destaquei, que são gravíssimos: primeiro, um terço ou mais de nós temos mais de 50 anos, a maioria feminino e com certeza a jornada de trabalho da mulher e as condições são bem mais precárias do que as dos homens, adoecem mais.

Consideraram regular ou ruim a estrutura física do trabalho, a disponibilidade de material, mobiliários e equipamentos.

Tecnologias disponíveis. Vocês consideraram como regular ou ruim.

Continuando, eu vou ser mais rápido que puder, consideram insuficientes números de trabalhadores no cargo que ocupam, falta gente para ajudar; a maioria faz jornada excessiva, porque existe sobrecarga de trabalho e não ausência a partir das quatro da tarde, na nossa opinião; 53% disseram que ultrapassam a jornada de trabalho, ou seja, trabalham mais do que precisam. Olhem o grave! Apenas 3% se sentem valorizados. Setenta e dois por cento consideram baixa a sua qualidade de vida e a satisfação pessoal com o trabalho - 72% de nós.

Em relação à ergonomia, 93% de vocês disseram que as condições dos seus móveis, cadeiras, mesas, teclados, *mouses* e outros equipamentos que vocês usam no trabalho não são econômicas, não são satisfatórias, ou seja, quase todos.

Enfim, sugiro a todos, para concluir a minha fala...

Eu poderia ficar aqui em cima de cada quadro e esses quadros estão no material. As páginas, se você começarem a procurar, vocês podem começar na página 51 e você vai olhando todas as páginas, e todas elas te mostrarão gráficos que tornam a nossa situação de risco, risco econômico extremamente grave.

Para concluir, eu entendo que só fazemos saúde do trabalhador, nas empresas privadas e nas fábricas, quando ouvimos o trabalhador e quando construímos com o trabalhador as medidas efetivas de segurança do trabalho.

Não adianta impor Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA; não adianta impor Norma Regulamentadora-NR; não adianta impor nenhum tipo de condição de trabalho goela abaixo. Nós somos da saúde! Por que não dialogar em cada espaço e construir, sim, em nosso espaço, por meio da participação de cada um, a melhoria das condições de trabalho? Elas são simples, simples! Pautaram coisas que, às vezes, não precisa nem muito de investimento, mas precisa ter política de boa qualidade de vida para nossos servidores.

Em nome do CREFITO quero agradecer de novo a todos e encerro aqui a minha fala.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado ao representante do CREFITO, Dr. Elias Nasralla, que fez a sua exposição.

Precisamos agora dar nova dinâmica, nós temos um horário para terminar e muitas pessoas também precisam ir embora, preciso da compreensão de todos com o tempo daqui para frente.

Antes, o Sr. Oscarlino pediu a palavra por alguns segundos, porque precisa fazer um encaminhamento.

Com a palavra, o Presidente do SISMA.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Colegas, a nossa ansiedade, a nossa necessidade é muito grande.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Eu estou percebendo, até pelo teor da fala dos Governantes, isso é peculiar numa audiência pública, a frustração na fala de algumas pessoas, mas aqui estamos para, ao final da audiência pública, firmar alguns compromissos.

Eu escuto dizer lá de Cáceres que a Organização Social já protocola um documento de entrega do hospital para o Secretário, mas eu já estou cansado dessa história também. Isso aconteceu, há um tempo, em Rondonópolis e nada mais foi do que para extorquir o Governo e pedir um aditivo de contrato. Isso é o que esperamos que aconteça. Fazer a extorsão, fazer essa pressão sobre o Governo, e o Governo, sem essa possibilidade, porque não tem concurso público para suprir, não tem processo de contratar emergencialmente, não tem processo seletivo, não tem onde esbarrar, tem que ceder à pressão das Organizações Sociais de Saúde-OSSs.

Até nisso estamos vulneráveis à pressão desse organismo que está instalado, porque não sabemos estabelecer essa relação se tem fim lucrativo ou não.

Portanto, faço um convite: permaneçam até as 18h, porque, daqui desta audiência pública temos que sair com um encaminhamento concreto e efetivo, porque, a partir de amanhã, a saúde pública do Estado de Mato Grosso passa por esse processo de transformação que tanto promete o Governo.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito bem!

Agora, três minutos para cada orador. Voltamos à plateia.

Com a palavra, o Sr. Oto Tem Caten.

O SR. OTO TEM CATEN - Boa-tarde a todos os colegas da saúde, guerreiros, que sempre luta em defesa da saúde pública de qualidade.

O Deputado Wilson Santos esteve aqui e foi embora, infelizmente. Nós o conhecemos há muito tempo, desde quando ele era prefeito. A lábia dele é feroz! Ele é bom nisso que ele faz. (PALMAS) Nós temos que estar muito atentos quando formos fazer falas com ele presente, porque ele é astuto.

Quero fazer um diálogo com os colegas nessa situação de caos de saúde pública em nível federal que nós enfrentamos. E não é deste Governo, é de muito tempo, desde a década de 90, quando foi implementada a Lei nº 8080. A saúde pública, o SUS, enfrenta interesses poderosos, enfrenta interesses poderosos! No caos do SUS tem muita gente ganhando dinheiro, têm muitos grupos econômicos ganhando dinheiro. (PALMAS) Esses grupos têm que ser identificados, porque eles são os grupos que financiam as campanhas eleitorais dos Deputados, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Presidentes, dos Senadores. Esses grupos políticos, que não se intitulam como políticos, mas sim empresariais, estão nos planos de saúde, nos hospitais privados, estão também nos fornecedores de medicamentos e insumos para o SUS, formando cartéis poderosos. E eles “amarram” qualquer gestor público, porque financiaram as campanhas eleitorais.

Então tem que ficar bem claro que é contra isso que estamos lutando aqui.

Vamos enfrentar esse caos na saúde pública, que não é novidade para ninguém, basta ligar o noticiário, a televisão corporativa, a televisão empresarial que está aí, vai falar mal do SUS, porque falar mal do SUS é bonito, tem que apresentar que o SUS está falido, mas o SUS não está falido, o SUS vive. A Lei 8.080 não está rasgada, ela está viva e vigente. Nós precisamos deixar isso claro.

Hoje, o nosso serviço de saúde pública aqui no Estado de Mato Grosso ainda funciona graças ao servidor público, que não se abdica de ir além das suas funções habituais para poder garantir, mesmo havendo desvio de função, o atendimento ao usuário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Eu quero colocar para a Casa também que temos duas leis aqui na Assembleia Legislativa, votadas por esta Casa, de responsabilidade desta Casa, que permitem as Organizações Sociais de Saúde a se instalarem aqui no Estado de Mato Grosso. Uma delas foi aprovada em 2004, a Lei nº 150; e a outra em 2011, a Lei nº 417, se eu não me engano. Essas leis permitiram a entrada das OSSs na saúde do Estado de Mato Grosso. E é com a entrada dessas OSSs que vemos diariamente a precarização do serviço de saúde. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar qualquer fala, falácia, dizendo que o servidor público é o responsável pelo caos na saúde pública, porque não é. Nós somos sabotados em qualquer iniciativa de fazer a saúde pública funcionar. (PALMAS)

Portanto, Deputado, em 2011, começamos, quando veio a Lei do Pedro Henry das OSSs, uma lei de iniciativa popular. Na discussão, ela só foi tornada iniciativa realmente. Nós fomos às ruas para colher assinaturas em 2012 e, em apenas um mês, nós coletamos o dobro das assinaturas necessárias para validar essa lei, essa lei está aqui na Casa, basta os senhores aprovarem a lei de iniciativa popular, ouvir o povo de Mato Grosso. Têm cento e quarenta municípios que assinam essa lei, e aí nós vamos ter a ferramenta que está aqui nas mãos dos senhores para podermos reverter esse quadro e tirar o Estado das mãos das OSSs. Como foi dito aqui, agora que o Estado está refém das OSSs, basta elas barganharem que conseguem, porque o Estado está refém, uma vez que não tem servidor para repor.

Outra antiga reivindicação é o concurso público. Não tem como ficarmos doze, quatorze anos sem concurso público e vir falar em Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não estávamos na Lei de Responsabilidade Fiscal há doze anos e tínhamos o dobro de funcionários e agora não é possível. Para mim é falácia, não é possível que isso seja uma justificativa plausível. Basta ter vontade política para resolver os problemas da saúde pública.

Eu acho que nós estamos aqui para colaborar, sempre estivemos defendendo o SUS 100% público. Era isso!

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Obrigado Oto Tem Cate.

A próxima oradora, por três minutos, também, é a Sr^a Márcia Cristina Rauber, do Escritório Regional de Barra do Garças.

A SR^a MÁRCIA CRISTINA RAUBER - Boa tarde a todos!

Boa tarde aos componentes da mesa!

O meu nome é Márcia. Eu trabalho no Escritório Regional de Barra do Garças. Eu vou falar sobre a realidade que me compete, onde eu vivo, que é um pouco da realidade dos hospitais.

Eu gostaria de perguntar aos Deputados aqui presentes, às autoridades aqui presentes: será que existe nessas colocações realizadas aqui hoje alguma novidade para os senhores? Será que é surpresa isso tudo que foi colocado aqui? Será que causa espanto?

Senhores, o que estamos reivindicando aqui é condições de trabalho. É trabalhar oito horas diária em uma cadeira que nem precisa ser tão confortável como essa, mas que não nos causa problemas de saúde. (PALMAS)

Nós estamos aqui procurando iluminação em nossas salas, iluminação de qualidade. Nem precisa ser mais de trinta lâmpadas. (PALMAS)

Nós estamos aqui, senhores, reivindicando prédios. Não estamos reivindicando prédios de luxo com porcelanato, não. Nós estamos reivindicando prédios que não caíam na nossa cabeça, que não chova dentro. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Como, senhores, podemos oferecer um produto, um serviço de qualidade sem condições de trabalho? Como, senhores?

Eu pergunto a vocês: será que isso é possível?

Senhores, como eu disse o Deputado Wilson Santos que saiu, como servidora pública e com a arrecadação do Estado de Mato Grosso, que é uma das maiores arrecadações do Brasil, sim, acredito que o SUS de Mato Grosso tem condições de ser o melhor SUS do Brasil. (PALMAS)

E aqui vai um exemplo: se nós tivemos o melhor chefe de cozinha e não oferecermos uma cozinha de qualidade, com produtos, com condimentos, será que ele vai nos dar comida com qualidade senhores?

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

A SR^a MÁRCIA CRISTINA RAUBER - Então!

Eu estou aqui com meus colegas para refletir e para reivindicar. O que estamos pedindo, hoje, é condições de trabalho, é melhoria. É oferecer para quem paga o nosso salário um serviço de qualidade.

Se o problema é gestão, porque faz onze anos que estou na Saúde do Estado de Mato Grosso, o que eu como servidora ou como usuária ou como cidadã posso fazer para contribuir.

Se o problema é gestão, senhores, como nós podemos contribuir para melhorar e mudar essa situação? (PALMAS)

Por último: se não existe gestão para administrar um SUS com a estrutura que se tem, com os servidores de qualidade que nós temos, será que as OSs vão conseguir fazer isso?

Eu realmente espero e desejo que os senhores consigam refletir sobre as nossas dificuldades e que não seja mais um projeto engavetado como o da iniciativa popular.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, Sr^a Márcia Cristina, representando o Escritório Regional de Barra do Garças.

Com a palavra, por três minutos, a Sr^a Tânia Cecília Trevisan, do Conselho Regional de Farmácia.

A SR^a TÂNIA CECÍLIA TREVISAN - Temos farmacêuticos aqui!

Temos ou não temos?

(PARTICIPANTES DA PLATEIA SE MANIFESTA)

A SR^a TÂNIA CECÍLIA TREVISAN - Eu fico muito contente em poder falar, neste momento, após a colega de Barra do Garças, porque ela falou tudo.

Sr. Secretário, por que o senhor não consegue um farmacêutico para a Farmácia de Alto custo? A Farmácia de Alto custo não sai da mídia. Por que ela não sai da mídia? Qual é a condição que nós temos no âmbito da assistência farmacêutica do Estado?

Bom, voltando um pouquinho, eu gostaria de melhor me apresentar: eu sou Diretoria do Conselho Regional de Farmácia e representante no Conselho Estadual de Saúde.

Então, nesse segmento, no Conselho Estadual de Saúde, muito discutimos sobre saúde pública.

Inclusive, Sr. Secretário, nós temos aqui uma Resolução de 2013 construída a quatro mãos: servidores do SUS, gestão estadual, Conselho Estadual de Saúde e todos os presentes que lá estiveram, que foi aprovada por unanimidade no Pleno, mas até hoje, pessoal, pasmem, não foi assinada por nenhum gestor. Não foi homologada até hoje.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

E nesta Resolução proposta e aprovada por unanimidade nós colocamos tudo o que era necessário para que tivéssemos no Estado de Mato Grosso uma assistência farmacêutica plena, mas até hoje nenhum gestor assinou. (PALMAS)

Se a gestão não respeita o que é costurado a quatro mãos, com gestão, com o trabalhador, com os usuários do SUS, como nós vamos assumir diante das condições aqui colocadas pelos nossos colegas o caos que, hoje, nós vivemos em termos de estrutura dentro da saúde, a falta de medicamento?

Eu, enquanto farmacêutica, sei a responsabilidade de assumir uma assistência farmacêutica, de ser responsável técnico por uma unidade de saúde prestadora de serviço, prestadora de atenção farmacêutica ao usuário. Eu sei a responsabilidade. É por isso que nós pensamos várias vezes antes de assumir uma responsabilidade num estabelecimento que não nos dá estrutura, que não nos dá segurança, porque nós somos fiscalizados pela Vigilância Sanitária, Conselho Regional de Farmácia, CREA, bombeiros e tudo mais. Nós precisamos ter condições para assumir as responsabilidades. Tendo as condições nós assumiremos, com certeza, porque estou vendo aqui vários farmacêuticos e eu sei das suas capacidades e competência. Então, precisamos ter estrutura, porque, senão, não é possível.

Agora, como bem disse a colega, estamos dispostos Pergunte-nos. Convide-nos para as reuniões. Inclusive, façam convite à gestão.

Na quarta-feira teremos uma reunião da Comissão de Medicamentos do Conselho Estadual de Saúde e convido a todos para participar, porque, mais uma vez, nós vamos discutir sobre assistência farmacêutica e a falta de medicamento no Estado de Mato Grosso e tenho certeza que não é por vontade dos servidores. Vamos pensar em estruturas. Será que não é aí o problema?

Então, como os meus colegas do Conselho Estadual de Saúde, eu gostaria de conclamar a gestão estadual, a esta Casa, que ouçam mais a comunidade, os usuários, os segmentos onde são discutidos e deliberados os anseios da população.

A nossa Conferência Estadual, como bem lembrou aqui o Oscarlino, o Conselho Estadual de Saúde totalmente desestruturado, é lá que nós discutimos e deliberamos sobre a saúde pública.

Então, eu solicito que ouçamos mais os fóruns onde nós discutiremos a saúde pública, principalmente na esfera do Conselho Estadual de Saúde, porque é lá que discutimos e deliberamos sobre a saúde pública do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Eu vou, mais ou menos, continuar na dinâmica, chamando... Eu vou até pedir para o Secretário que o próprio encaminhamento que fiz fique mais para o final para que possamos ouvir os inscritos. Tinham outros que pediram a inscrição, mas, infelizmente, já venceu o prazo. Nós temos que entregar aqui até as 18h10min, no máximo, por causa de outro evento às 18h30min.

Então, eu quero ser o mais democrático possível para ter um fechamento proativo, positivo, para não frustrar as expectativas de todos que estão aqui.

Com a palavra, o Sr. Mário Formighieri, que dispõe de três minutos (PALMAS).

O SR. MÁRIO FORMIGHIERI - Boa tarde, colegas!

O que eu tenho para dizer é sobre a questão de autoridade. Autoridade demanda uma questão chamada responsabilidade. Autoridade não está para ser servida, mas para servir. Nessa situação, nós como servidores também somos autoridades quando estamos trabalhando. Nessa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

situação, nós sabemos... Eu trabalhei dentro de presídio, dentro de P.A. Quantas vezes eu socorri médicos, porque pacientes grudavam neles e iam morrer se eu não puxasse.

É muito fácil, como o Deputado falou que o motoqueiro leva o remédio... Nós conhecemos, nós sabemos. Tudo mentira. Autoridade não admite mentira.

Eu quero olhar nos olhos do Deputado Wilson Santos e falar: é mentira! (PALMAS). Isso aí não é demonstração de responsabilidade. Isso aí é molecagem.

Como população, como Assembleia, como Governo, nós tivemos durante quatorze anos para fazer concurso público, e a culpa não é do Governo Pedro Taques. Porque nesses quatorze anos não foi o Pedro Taques que ficou. E muitos dos Deputados que estão hoje na Assembleia Legislativa estiveram e estão durante quatorze anos... O que eles fizeram? (PALMAS). Nada! Nada!

Eu agradeço aos colegas a atenção e quero pontuar outra situação ao membro do Ministério Público.

A nossa saúde é de interesse difuso, de primeira geração, não é para estar nas mãos de gente irresponsável, que está buscando só interesse financeiro. A nossa população já se manifestou de forma clara que não quer essas OSS aqui. O que elas estão fazendo aqui dentro?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. MÁRIO FORMIGHIERI - Filantropia onde?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. MÁRIO FORMIGHIERI - O nosso interesse difuso é interesse coletivo, não é deste Governo, é nosso, da população.

Muito obrigado, colegas! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado pela fala, Mário Formighieri.

Com a palavra, o Sr. Orlando Francisco, do Conselho Estadual de Saúde, que dispõe de três minutos.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - Eu quero cumprimentar os componentes da mesa, na pessoa do companheiro Oscarlino, Presidente do Sindicato da Saúde, e do companheiro Edmundo, representando o Fórum Sindical.

É uma pena, como disse aqui o companheiro em relação à representação do Governo. O Líder do Governo fala nas Audiências Públicas, fala nas reuniões, inclusive vai às escolas, fala, mas não espera para nos ouvir. É uma pena.

Os três minutos, Deputado, nós temos que tirar encaminhamentos sobre esta Audiência Pública.

A primeira questão do encaminhamento, que já foi colocado aqui... Inclusive nós, trabalhadores da Educação, que o assento do SINTEP/MT, segmento usuário no Conselho Estadual de Educação, nós participamos, inclusive, da assinatura dessa ação popular, quase 40 mil pessoas assinaram. Isso tem que sair da moita. Nós temos que sair com um encaminhamento daqui. Isso tem que sair da moita!

Outra coisa... Inclusive, essa questão da Portaria que a companheira Ana colocava, aqui, que o Conselho participou dessa Resolução nº 04. Pessoal, isso é gravíssimo!

Eu vou pegar o exemplo do Aduino Botelho, daria para atender as necessidades de remédio de emergência do Aduino Botelho, como de outros, só com base nessa Resolução. Se ela era genérica, não daria para atender a Resolução nº 172, que tenha urgência nessa outra Resolução.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Outra coisa, que é um absurdo: vocês trabalhadores da Saúde, como nós trabalhadores da Educação, somos servidores públicos do Estado e não podemos aceitar que essa justificativa da União de que o Estado não pode atender nenhuma demanda do Estado.

Por exemplo, se tem um corte de recursos, Secretário, da União de dez milhões, na realidade, não é corte, isso é retenção porque o Estado não fez o seu dever de casa.

Eu vou pegar um exemplo prático: nós do Conselho Estadual de Saúde reprovamos o RAG, que é o Relatório Anual de Gestão de Saúde do Estado, e isso já começa a trazer problema para o Estado, porque não fez o dever de casa. E aí nós queremos saber se a Assembleia Legislativa aprovou o RAG de 2011 e de 2012 que foi reprovado pelo Conselho.

Outra coisa, a LOA de 2014, de treze bilhões, é a mesma de 2015, de treze bilhões, e agora, em 2016, ela vai permanecer também o mesmo valor que corresponde hoje a 1,240 bilhões para a saúde. Ora, a arrecadação do Estado em 2013 e 2014 realmente foi esse valor, mas de 2015 já chegou a dezesseis bilhões.

Só da Receita Corrente Líquida o Estado tem que disponibilizar aproximadamente 1,9 bilhões de 1,245 bilhões. O Judiciário tem judicializado e tirado dinheiro da saúde.

Em 2015 - o Deputado teve que se retirar - a Secretaria de Estado de Saúde apresentou uma prestação de contas de cem milhões de judicialização. Esse recurso... Inclusive, o Dr. Alexandre Guedes, presente conosco nesta Audiência Pública, tem conhecimento disso. Na última audiência, inclusive, ele debateu conosco no Conselho.

Essas liminares não podem incidir, Deputado Emanuel Pinheiro, nos 12% mínimo da Saúde, porque a Lei Complementar nº 141/2012 é expressa, não dá parecer como era a 29. Ela expressa que 12% da Receita Líquida do Estado é para aplicar em atendimento de saúde, não é em políticas de Secretário, não é em política de Governo. Isso está expresso na Lei.

Nos últimos meses ficou da gestão, o Secretário Júlio Cezar Modesto dos Santos, inclusive várias vezes, para concluir, assistiu e teve audiências com o Fórum Sindical, e em alguns momentos tentamos falar com a Frente Parlamentar de Saúde, e é muito difícil falar com a Comissão da Frente Parlamentar de Saúde da Assembleia Legislativa, para tratar dessa questão dos recursos da saúde, que tem que ser melhor explicado.

A planilha do custo da Secretaria de Saúde, como é o caso da Secretaria da Educação, tem que especificar o custo o Tesouro do Estado. Por exemplo, nós pagamos a Previdência. De qual conta está sendo paga a Previdência? Está sendo paga pelo recurso do Tesouro.

Isso significa dizer o seguinte: que o recurso do Fundo de Saúde de Previdência, que é descontado dos trabalhadores, não sabemos onde está esse recurso e esses percentuais acabam incidindo também nos 12% da saúde.

Então, a saúde e a educação, nós que somos trabalhadores do Estado, nós que somos trabalhadores da saúde e da educação, não podemos aceitar remendo e atalho nem na educação, nem na saúde. Aquilo que é mínimo na saúde tem que ser aplicado, assim teríamos condições de atender o mínimo da saúde.

Outra coisa, praticamente dois milhões, que são recursos chamados a Fundo Perdido, da Lei Kandir, ninguém tem posição contrária, já que não é uma verba carimbada, de que sejam depositados na conta, na agência 2128-8, que é a agência obrigatória pela Lei nº 8.080, pela Lei nº 8.142 e 8.141, de 2012, que é o recurso Fundo a Fundo da Saúde, e não na conta sistêmica, que é a conta única, que sabemos que o termo é mudança de rubrica, mas se nós formos analisar nos dados que são apresentados, até naquilo que analisamos, é desvio de finalidade.

Obrigado! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, ao Sr. Orlando Francisco, representando o Conselho Estadual de Saúde.

Com a palavra, o Sr. Edmundo César Leite, voltando à mesa, Presidente dos Sindicatos Profissionais da Área Instrumental do Governo.

Por favor, Sr. Edmundo, compreenda a exiguidade da hora, dispondo de três minutos.

Registro a presença de Dal Isa Sguarezi, Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Estadual de Saúde; Carlos Alberto Eilert, Presidente do CREFITO Mato Grosso; o Sr. Ricardo Bertolini, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais do Estado de Mato Grosso; o Sr. Wilson Curtas, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias de Mato Grosso; e da Sr^a Maria Salete Ribeiro, Secretária Adjunta de Estado de Política em Atenção de Saúde.

Registro e agradeço a presença de todos.

Parece-me que têm alguns que querem fazer uma exposição. Eu não sei se dará tempo, mas não faltará oportunidade também. Vamos mediar aqui para ver como é que vai ser o tempo.

Com a palavra, Edmundo Cesar Leite, por três minutos.

O SR. EDMUNDO CESAR LEITE - Muito obrigado!

Boa tarde a todos.

Em nome do meu companheiro Oscarlino, quero cumprimentar a mesa.

Quero colocar aqui, companheiros, que é com muito pesar que participo de uma Audiência Pública deste naipe, para trazer problema que o Governo já sabe, que a sociedade já sabe... (PALMAS)

Em matéria de estrutura de trabalho, é vergonhoso.

Nós temos na nossa categoria, Oscarlino, que é da área meio do Poder Executivo, um pedacinho da saúde, que é a perícia médica.

Se você entrar na Perícia Médica de Cuiabá, você sai pior do que entrou... (RISOS)

Na Perícia Médica de Cáceres, que é prédio próprio, é uma vergonha! Nós estivemos lá, e isso está tudo oficiado à Secretaria de Gestão e ao Ministério Público, que até hoje não deram nenhuma resposta ao nosso Sindicato. Tem lá caramujo, infiltração, falta de condições de trabalho, falta cadeira para sentar.

Então, esses governos, não digo só esse que está instalado agora, para eles quanto pior, melhor!

É como a companheira do Sindicato dos Médicos colocou, nós não vamos desistir do serviço público! Nós estamos aqui, eu tenho trinta e oito anos prestando serviço para este Estado, já carregamos água no jacá, e o Governo não quer entender!

A maioria dos nossos servidores, principalmente da saúde, que está lá na ponta, nas UPAs, nos prontos-socorros, passando vergonha, sendo humilhados por parentes de doentes. Estive lá uma vez, se você não tem o QI, você não consegue ser atendido! E nós que não gostamos desse tipo de privilégio ficamos chateados, mas, se não usar, morre ou então paga particular.

Pessoal, está na hora de nós, servidores públicos, que representamos essa classe trabalhadora do Estado de Mato Grosso, nos unirmos e partir para cima mesmo, mas partir para cima com coerência, como o companheiro Oscarlino está fazendo, com documentos, mostrando para a sociedade que o mal do Estado, o mal do Brasil, não é o trabalhador público, não, são esses

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

vagabundos que estão lá em Brasília e que estão aqui no Mato Grosso também tirando proveito para si, não querendo saber quem está em volta. (PALMAS)

Pessoal, era isso que eu queria colocar, e, se depender do Fórum Sindical, nós vamos até as últimas consequências.

O RGA está aí, não tem nada a ver com esta pauta, mas nós estamos lutando já começamos a primeira reunião, não surtiu em nada, mas logo, logo, até ao final deste mês, estaremos com esta resposta.

Muito obrigado, pessoal! É por aí que nós temos que continuar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito bem, Edmundo Cesar.

Muito obrigado pela sua manifestação, Presidente do Sindicato da Área Instrumental do Governo aqui falando em nome do Fórum Sindical.

Com a palavra Vera Lúcia Honório dos Anjos, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social. Pedimos também a compreensão da Vera que, pela exiguidade do tempo, dispõe de três minutos.

A SR^a VERA LÚCIA HONÓRIO DOS ANJOS - Quero cumprimentar o companheiro Oscarlino e agradecer pelo convite de estar aqui.

Eu sou trabalhadora do SUS e aqui estou representando mais de quatro mil trabalhadores das políticas públicas do Estado de Mato Grosso, que são as Assistentes Sociais, e dizer que ainda que elas não sejam trabalhadoras da saúde, mas a Assistência Social transita em todas as políticas e lida todos os dias com essa impotência que nós já ouvimos falar aqui do problema da saúde.

E queria começar a dizer sobre a minha rápida exposição, que os problemas que existem hoje na saúde foram construídos e houve uma mudança de rota. O que nós precisamos é vontade política para poder redimensionar essa rota.

Eu também queria colocar uma situação.

Eu preparei uma apresentação muito rápida, mas quero dizer que estou falando sobre as Assistentes Sociais, mas também de outros profissionais que também trabalham no mesmo ambiente de trabalho.

(A ORADORA PROCEDE EXIBIÇÃO POR *SLIDES*.)

A SR^a VERA LÚCIA HONÓRIO DOS ANJOS - Esse é o resultado das fiscalizações que o CREAS faz nas unidades de saúde do Estado inteiro, que mostra que os problemas são os mesmos que foram colocados aqui.

Eu queria, para adiantar... Na TFD, quando chove, tem que parar o atendimento para esperar passar o temporal, ou sair da sala para o corredor. Para ver como é terrível lá, só para ilustrar um pouquinho.

Vou passar para outra...

Nós relacionamos quais são as legislações que estão sendo infracionadas, mas pode passar isso aí também por causa do tempo que é pouco.

Eu queria falar quais são os encaminhamentos que nós fizemos.

Nós notificamos o Secretário de Saúde, fizemos isso em 2015 com prazo sem resposta as fiscalizações são feitas em conjunto com o CREAS, com a fisioterapia, fizemos relatório, mandamos para o Ministério Público, mas está tudo sem resposta.

Então, não adianta dizer que não tem saída para esse turno, porque nós já apontamos. O que está faltando é vontade política para resolver a situação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Quero colocar quais são as consequências que nós estamos tendo, que já foram colocadas aqui pela CREFITO e pelos demais, e dar algumas sugestões, porque o fizemos muito rapidamente.

1º) Adequar as instalações, porque não dá para trabalhar, a situação está muito delicada, como já foi colocado aqui.

2º) Implantar a política de manutenção predial e de rede lógica de maneira descentralizada e desconcentrada. Porque existe uma confusão que faz que está descentralizado, mas é tudo mentira, porque concentra e aí fica amontoado de processos e não funciona.

O Adalto Botelho está pedindo hoje doação de material, estão reformando lá, os colegas estão lixando as paredes para poder dar conta de trabalhar, porque não tem condição, faz cotinha para comprar as coisas para poder viabilizar o trabalho para quem está lá hospitalizado.

3º) Dar autonomia para as unidades. Quero colocar que esse é uns dos encaminhamentos possíveis e imediatos, que não demandam um arranjo tão longo, como foi colocado por alguns aqui.

Dizer que, enquanto conselheira do Conselho Estadual de Saúde, temos a ouvidoria, que tem uma demanda imensa de problemas, por conta da falta de estrutura, e temos o conselho. Hoje o Conselho Estadual de Saúde não é considerado como espaço de deliberação, como já foi colocado pelo Orlando e pelo demais que já passaram por aqui.

Então quero reforçar a necessidade de o Poder Público e esta Casa de Leis investirem-se no seu papel de ter vontade política e resolver.

Na saúde nós temos o maior numero de profissionais qualificados. Quando falam que não dá certo o SUS, isso também é outra falácia, porque os resultados de mestrados, doutorados e especialização na saúde são pesquisas e experiência bem sucedidas que compravam que dá certo e que nós estamos no caminho certo. Nós vamos resistir e não desistir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Obrigado, Vera Lúcia.

Inclusive peço à Vera Lúcia e equipe da nossa assessoria, através da Cláudia, que encaminhe para esta Presidência o relatório feito pela Vera Lúcia, em nome do Conselho Regional de Serviço Social, para que possamos tomar as providências cabíveis.

Com a palavra, o Vereador de Cuiabá Paulo Araújo (PAUSA). Foi embora. Bom, partindo para o fim, vamos ouvir agora os últimos inscritos da plateia. Com a palavra, a Srª Áurea Kely de Oliveira Campos, servidora publica.

Áurea, pedir a compreensão, dois minutinhos, porque ficou muito... Eu fico constrangido, porque quero ouvir vocês, mas o tempo é o tempo.

Com a palavra, a Srª Áurea Kely de Oliveira Campos.

A SRª ÁUREA KELY DE OLIVEIRA CAMPOS - Gente, boa-tarde a todos. Boa-tarde, pessoal da mesa! Para a surpresa de alguns, também me chamo Áurea Kely (RISOS), mas, agora falando sério, ouvindo as palavras de todos, inclusive do Secretário, aliás, não foi a do Secretário, eu esqueci o nome daquele senhor que foi embora e falou da questão da desmotivação, o que acontece? Realmente, eu teria várias coisas para poder falar, mas vou focar em nós, capital humanos. Já que o Governo fala que é um Governo de transformação, ele que olhe para o capital humano, que somos nós. Se ele encarar que nós somos parceiros dele, ele terá um Governo de resultado. (PALMAS) E para isso tem que dar o quê? Estrutura para nós trabalharmos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

E vou falar para vocês: Secretário, é um pessoal que realmente está desmotivado, mas é o mais motivado que eu já vi, porque, mesmo desmotivado e não acreditando, estão todo aqui. Por quê? Porque acredita que nós conseguimos um resultado. (PALMAS) O SUS é nosso!

Outra coisa que talvez, eu acredito, não dê um resultado positivo para a nossa saúde é esse troca-troca de Secretários Adjuntos. O que acontece? Tem que ter um trabalho contínuo. E eu peço para os Secretários Adjuntos que fiquem, gente! Porque, na hora em que nós começamos a apresentar quem são vocês para vocês, na hora em que nós começamos a apresentar uma parceria para construir algo, o cara sai. Pô! Aí não vai construir nunca!

Nós somos parceiros de trabalho! Aqui eu tenho orgulho de fazer parte da equipe de vocês. É gente capaz, gente que está na luta, mesmo, por exemplo, sendo assistente administrativo. Não está nem aí, está encarando seu conhecimento que adquiriu do seu estudo e está aplicando.

Quanto a esse negócio de concurso público, não tem nem o que pensar, gente! Hoje a capital é maior, as necessidades são maiores, os problemas são maiores. E só tem gente aposentando. Quanto a isso não tem o que pensar, tem que fazer concurso público, porque senão não vai mais existir.

Essa é a minha palavra. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, Áurea Kely de Oliveira Campos, servidora pública

Com a palavra, pelo mesmo tempo, Sr^a Mari Gema Fontelles de La Cruz. Mari Gema, é isso mesmo? Mari Gema Fontelles de La Cruz, do SAMU, da Farmacêutica, mas está aqui inscrita pelo SAMU. É isso mesmo? A senhora tem dois minutos, Mari Gema.

A SR^a MARI GEMA FONTELLES DE LA CRUZ - Boa-tarde a todos! Eu sou servidora do SAMU, desde dezembro de 2010, e vou falar do lugar onde estou e onde vivo. Quando nós chegamos lá, nós nos deparamos com um caos e não existia a Farmácia e não existia a assistência farmacêutica.

Em 2011, eu fazia parte já da Saúde do Trabalhador, nós elaboramos um documento a partir de um diagnóstico situacional pelo olhar dos servidores, de todos os servidores do SAMU, que gerou um documento que foi para a imprensa, para o Ministério Público, para a Casa Civil e, enfim, todo mundo conhece, em que trinta e três pontos foram levantados.

Em 2012, entrou outro gestor. O Conselho Estadual de Saúde mandou nós analisarmos. Eu analisei novamente, porque ainda estava na Saúde do Trabalhador, mas houve pouca evolução. Ficamos quatro meses sem coordenador e sem diretor. O SAMU continuou funcionando. (PALMAS) Nós, enquanto servidores, conseguimos fazer o serviço funcionar. Aí mudou de novo o gestor, mudou de novo o gestor e hoje nós estamos com um militar. O militar está militarizando o SAMU! Nós temos todos os pontos de gestão com militares que andam armados e fardados, intimidando as pessoas.

A Farmácia do SAMU, Ana, eu tenho orgulho de dizer e tenho colegas de farmácia aqui, é um caso de saúde pública que deu certo. Nós fizemos um planejamento estratégico para a Farmácia do SAMU, conseguimos montar um serviço de excelência com as piores condições e não faltam insumos. Nós temos um índice de desabastecimento de 5%. Antes eram 80%! Era um caos! As pessoas usavam coxim com o tênis do usuário; tala era feita com caixote de madeira que eu pegava no lixo e levava para o SAMU. Hoje a coisa funciona diferente. E o que estão querendo? Vão retirar os farmacêuticos do SAMU.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Eu não sei até agora, digamos que eu não saiba mesmo, a quem interessa desconstruir um serviço que dá certo, com a justificativa de dizer assim, segundo o Secretário Peres, em reunião, com a equipe de Assistência Farmacêutica: “Ah, nós queremos que o trabalho que vocês fazem de excelência vá para outro lugar, na CAF e na Farmácia de Alto Custo”.

Ora, será que os farmacêuticos da Secretaria não sabem trabalhar?! Poupem-me. Sabem trabalhar muito bem. O que está acontecendo é aquilo que a Tânia falou, não tem condição. Então, é assim, cabe perguntar, Secretário, está me ouvindo? (RISOS) Não está nem prestando atenção aqui. (RISOS) Cabe perguntar, Secretário, porque os farmacêuticos não querem ir para a CAF (PALMAS), não querem ir para a Farmácia de Alto Custo! É isso que tem que se perguntar. Fazer um diagnóstico situacional? Não! Todo mundo sabe o que está acontecendo, não tem novidade nenhuma. Quando falamos o que acontece? Represália. Adivinha quem foi chutada do SAMU? (PARTICIPANTES DA PLATEIA RESPONDEM: “Você!”.)

A SR^a MARI GEMA FONTELLES DE LA CRUZ - Por que será?

Então, nós temos que ver que a coisa está pegando mesmo. É represália. Você não pode falar. Você não pode se expressar. Mesmo que você faça toda uma referência legal e técnica, dizendo: a farmácia do SAMU funciona.

É isso que nós precisamos. Tempo esgotado, acabei.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Obrigado, Mari Gema pela sua manifestação.

Com a palavra a Sr^a Veline Simioni, servidora pública do Adatao Botelho, que dispõe de dois minutos.

A SR^a VELINE FILOMENA SIMIONI SILVA - Boa tarde a todos!

Eu quero primeiramente me desculpar por repetir as mesmas palavras que nós, servidores do Adatao Botelho, já dissemos aqui, nesta Casa, em reuniões do Conselho Estadual de Saúde, na rua, na mídia, mas como eu sou psicanalista e entendo que as coisas são repetidas porque não foram suficientemente trabalhadas a ponto de se produzir algo novo e inédito, vamos continuar repetindo os mesmos problemas até que algo novo e inédito se produza na Secretaria em relação ao Adatao Botelho.

Nós continuamos com a situação insustentável de falta de estrutura física, falta de medicamentos, falta de materiais para as nossas oficinas de atividades terapêuticas que têm o mesmo valor de medicamentos. Quando nós trabalhamos na saúde mental tinta, pincel, lápis de cor, papel, tudo isso tem o mesmo valor que o medicamento. (PALMAS)

Como servidora pública eu não consigo me acostumar com a situação de encaminhar a alta de uma paciente, ela ir embora sem medicamentos, não ter dinheiro para comprar medicamentos, internamente eu senti: meu Deus, infelizmente, até a próxima, até a sua próxima crise, até o seu próximo surto, que eu vou estar aqui para lhe atender.

Eu espero sinceramente um dia poder trabalhar produzindo saúde e não produzindo doença. (PALMAS)

Eu só quero finalizar a minha fala dizendo que o Adatao Botelho é uma unidade referência do Estado de Mato Grosso. Nós trabalhamos com pessoas em sofrimento psíquico intenso, grave, que, muitas vezes, gera riscos à própria pessoa, para a família, devido o sofrimento. E o Adatao Botelho só não está em condições piores, por causa dos meus colegas servidores, guerreiros, que trabalham com muito desejo de podermos tratar e cuidar dessas pessoas que sofrem e são excluídas da sociedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Nós vamos continuar fazendo o nosso trabalho, tratando, cuidando e fazendo isso que nós estamos fazendo aqui, porque lutar politicamente, também, é nossa função.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, Sr^a Veline Filomena Simioni Silva, servidora pública do Adauto Botelho.

Agora, a última inscrita da plateia, partindo para a fase final desta Audiência Pública, a Sr^a Célia Cristina de Campos Santana de Carvalho, do Município de Cáceres, que dispõe de dois minutos.

A SR^a CÉLIA CRISTINA DE CAMPOS SANTANA DE CARVALHO - Boa noite, pessoal.

Meu nome é Célia. Eu sou de Cáceres. É quase na marra, mas estou aqui. Vamos ser breves por conta dos minutos.

Nós estamos trabalhando a saúde, estamos discutindo a saúde. Eu acho que entrei no Sindicato junto com o Oscarlino em 2014 e nós estamos na mesma pauta, reivindicando as mesmas coisas, cobrando as mesmas coisas e não consigo acreditar que esse Governo ainda não sabe de nada. Não estou conseguindo! Sinceramente não estou conseguindo.

A minha observação fundamental é a seguinte: no Hospital de Cáceres nós somos regidos por uma OS. Hoje, acho que 50% a mais do pessoal que trabalha lá são da iniciativa privada, mas, por incrível que pareça, eu não pude trazer mais pessoas para aqui participar, porque, senão desfalaria o setor. Não dá para entender, porque, senão, não há pessoas para trabalhar. Nós, servidores, mesmo sendo em grande minoria, ainda, continuamos carregando o Hospital Regional de Cáceres Dr. Antônio Fontes nas costas. Por quê? Eles apresentam os seus atestados, continuam lá e nós temos que ficar trabalhando bonitinho. Então, não é falta vontade de trabalhar.

Outra correção, segundo o nosso Secretário, existe OS boa, OS ruim, servidor bom, servidor ruim, mas ele se esqueceu de falar secretário bom, secretário ruim, governo bom, governo ruim. (PALMAS)

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado, Sr^a Célia, de Cáceres.

Agora partimos para a etapa final.

Eu peço desculpa, mas não haverá tempo para aqueles vídeos que eram para ser apresentados aqui. Eu peço desculpas, mas não haverá tempo. Então, eu peço que encaminhem cópia para a nossa equipe que será transmitido na Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social para que providências sejam tomadas.

Com a palavra o Promotor de Justiça, dos mais respeitados, é bom sempre enaltecermos a parceira e a credibilidade do Dr. Alexandre Guedes. (PALMAS)

O SR. ALEXANDRE GUEDES - Boa noite!

(A PLATEIA RESPONDE AO ORADOR: “Boa noite!”.)

O SR. ALEXANDRE MATOS GUEDES - Porque já é noite, não é?

Eu serei absolutamente breve. Vou fazer só uma prestação de contas e já partir para alguns encaminhamentos que eu acho necessários.

Primeiro, a minha Promotoria tem se dedicado bastante a essa questão da preservação da estrutura mínima de lugares para trabalhar. Então, hoje, com algumas exceções, praticamente todas as unidades de saúde do Estado aqui, em Cuiabá, têm algum tipo de ação judicial. Só em relação ao Adauto Botelho tenho duas. Então, deixando bastante claro que todos os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

relatórios que são encaminhados em relação ao Aduino Botelho, das condições do Aduino Botelho, são imediatamente repassados ao Poder Judiciário para integrar a ação. Certo! Então este é apenas um exemplo.

O Núcleo de Vigilância Sanitária no Parque Zé Bolo Flor, também, tem; o próprio prédio da Secretaria de Saúde, também, tem; a Central de Regulação, que é o prédio do Estado na Av. Dom Bosco, também, tem; o Hemocentro, também, tem, aliás, o Hemocentro tem duas... Aliás, o Hemocentro pode melhorar muito no último ano e meio por conta dessa ação e do engajamento dos servidores. É claro que há muito que se fazer, ainda.

Outros pontos que eu quero deixar bastante claro que se referem, por exemplo, a equipamentos de proteção nós temos ações para oferecer ao pessoal da Vigilância Estadual e que não é fornecido. Então, há várias coisas que nós acabamos, que estamos fazendo e vamos continuar fazendo, embora o nosso trabalho não seja inune às críticas que têm que ser recebidas e passadas em reuniões como esta. E podem continuar criticando, porque tem que ser feito mesmo.

Eu quero passar algumas questões que eu entendo necessárias para os encaminhamentos.

O primeiro ponto, Deputado Emanuel Pinheiro, é que acho que a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso precisa definir logo o calendário das reuniões das audiências quadrimestrais com a Secretaria Estadual de Saúde. Nós não tivemos em 2015 e em 2016 eu gostaria que tivéssemos esse calendário. Já estamos quase no mês de abril. Então, é preciso que a Comissão de Saúde marque para convocar o Secretário para fazer essas Audiências Públicas para falar justamente o quê? Do dinheiro e dos recursos da saúde. Lembrando também o seguinte: por várias questões federais, vai ser difícil vir dinheiro novo. Nós vamos precisar nos virar com o dinheiro que temos em Mato Grosso, que conseguimos produzir em Mato Grosso.

Para se ter uma ideia, em 2015, foi aprovado um Projeto de Emenda Constitucional que, simplesmente, retirou bilhões do piso da saúde, porque ela incluiu Emendas Parlamentares no piso mínimo da saúde e isso causou a retirada de vários bilhões.

Por outro lado, também, na LDO deste ano foi vetado um dispositivo que impedia a perda de pelo menos seis bilhões de reais na área de saúde. E nós temos desde 2003 -isso já foi falado em várias Audiências Públicas - pelo menos doze bilhões de restos a pagar em saúde, porque um terço dos recursos da saúde não pode ser contingenciados, mas ficam restos a pagar. Esses restos a pagar não são pagos. Então, além do piso nós temos um subpiso, que é um porão. Vamos deixar isso bastante claro, vamos ter que tratar do nosso dinheiro aqui.

O que eu também quero colocar é o seguinte: nós precisamos cuidar de alguns pontos que são necessários. Eu vou citar dois, porque tenho dois inquiridos a respeito disso: a questão da Vigilância Sanitária Estadual e a questão das Auditorias Permanentes no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde.

Eu não vou entrar no mérito se a OSS é boa ou ruim, eu só vou dizer o seguinte: não importa se não tiver auditoria concomitante. (PALMAS). E hoje em dia existem funções de auditoria, mas não há um corpo de auditoria. Isso faz com que qualquer Secretário que entre possa simplesmente o quê? Impedir a Auditoria de trabalhar e isso já aconteceu.

A mesma coisa na Vigilância Sanitária Estadual. Nós temos a Vigilância, ela trabalha muito duramente com as limitações que têm, mas não há um corpo permanente de fiscais. E existe a Lei já aprovada, Deputado. Então, precisa resolver isso: a lei vigente vai ser cumprida, não vai ser cumprida; vai ser modificada, não vai ser modificada. Então, isso tem que ser resolvido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Eu vou dizer ao senhor: em Cuiabá, com todos os problemas que têm, a existência de um corpo de fiscalização em Vigilância Sanitária é o que nos permite trabalhar independente do gestor, porque desde o ex-Prefeito Wilson Santos, passando pelo Francisco Galindo, nós trabalhamos basicamente com os mesmos fiscais da vigilância e com isso nós temos aquela perenidade.

Então, eu acho que são dois pontos que a Assembleia Legislativa precisa tratar: a questão do corpo permanente de auditorias e do corpo permanente em vigilância sanitária, que já existe, eu repito, a Lei estabelecendo.

Outro ponto que precisa ser trabalhado: no que se refere ao controle social, atualmente, o Art. 16 da Lei Estadual de Saúde está em descompasso com a Lei Complementar nº 141. Por quê? Porque a nossa Lei Estadual, no seu Art. 16 que fala sobre o Conselho Estadual de Saúde, Lei Complementar nº 22, diz que o Presidente do Conselho Estadual é o Secretário Estadual de Saúde. Isso acarreta um descompasso no controle social e, devido às funções dos Conselhos pela Lei nº 141, ficou incompatível.

Como isso para mim não tem reserva de propositura, eu acho que cabe à Assembleia Legislativa, talvez à Comissão de Saúde, propor Projeto de Lei para permitir a livre eleição do Presidente do Conselho Estadual de Saúde (PALMAS).

Nós também estamos precisando de leis de transparência do SUS. Eu já tive oportunidade de conversar com a Dr^a Valéria Nogueira e ela já tem algo bastante estabelecido a respeito disso.

O que eu falo de transparência? Por exemplo, o estoque da farmácia de alto custo tem que estar meio aberto na internet, porque nós perdemos muito tempo mandando ofício, sabendo se está faltando ou não está faltando. Isso já é feito no Espírito Santo e em alguns outros lugares.

Outra coisa é a possibilidade de consulta pública das filas e demandas. Obviamente que não estou falando de colocar o nome de todo mundo na internet, mas existe

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - O som parou para o Promotor Público. Senão, ele vai achar que foi censurado.

O SR. ALEXANDRE MATOS GUEDES - Então, precisamos de algum tipo de lei que estabeleça... Eu acho que também não há nenhuma restrição de iniciativa nisso e acho que a Comissão de Saúde pode convocar a Dr^a Valéria e outras pessoas que entendem do assunto para estabelecer o projeto de lei que estabeleça essa transferência na saúde.

Quanto à judicialização, eu vou fazer só uma atualização...(DEFEITO NO MICROFONE)

Nós que estamos envolvidos, sob a coordenação do Tribunal de Justiça, justamente no núcleo de mediação em saúde, é claro que podemos e devemos chamar os servidores que já estão envolvidos nisso ou que já têm essa capacitação, mas, inclusive, está bastante avançada a ideia do núcleo sobre os auspícios da Secretaria Estadual de Saúde e espera-se que nos próximos meses implemente isso.

Defensoria envolvida... A OAB deixou de participar, Dr^a Lúcia. Eu acho que se pode ver com o atual Presidente o retorno.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE MATOS GUEDES - Mas, hoje, podemos voltar.

Então, esses seriam os encaminhamentos que a Assembleia Legislativa pode e deve fazer quanto à questão da judicialização. Embora o diagnóstico da judicialização esteja parado há vários meses, inclusive, estamos começando algumas investigações a respeito disso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Só quero, então, fechar com duas prestações, ainda, que eu deveria ter falado no começo: a questão do micofenolato, que o senhor mencionou logo no iníciozinho, eu quero lembrar que no que se refere aos pacientes de Lúpus, nós já tínhamos o inquérito. Este inquérito está em fase de conclusão. Por quê? A Secretaria de Estado de Saúde, por meio do seu Departamento de Assistência Farmacêutica, que tem servidores públicos muito capacitados, inclusive farmacêuticos, fez um estudo bem alentado a respeito da não aplicabilidade do micofenolato no lúpus, pelo menos em termos de SUS. Desse estudo já veio outro estudo da sociedade de reumatologia que também é bem substancial. Então, está nessa fase de conclusão. Mas, a SES já terminou o trabalho dela nesse aspecto.

Eu quero ressaltar também que no mesmo micofenolato, mas em outros aspectos de pacientes renais, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, autorização do Dr. Bermudez e operacionalizado pelo Secretário Perez, nós fizemos um acordo que permitiu que a dispensação do micofenolato a pelo menos duzentos pacientes, porque ele foi incluído agora pelo Ministério da Saúde para tratar de determinados pacientes. Não estavam os protocolos prontos ainda, mas com esse acordo a Secretaria pôde entregar o medicamento para essas duzentas pessoas e evitamos uns duzentos processos, umas duzentas liminares e duzentas contas.

Então, acho que esses encaminhamentos já estão suficientes pela minha fala.

Eu agradeço a todos. Desculpem-me se eu estendi.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Obrigado ao Promotor de Justiça, Dr. Alexandre Guedes, que com toda dificuldade do som mas conseguiu dar a mensagem a contento. Muito obrigado especialmente à questão do portador de lúpus, que juntos estamos nessa causa.

Com a palavra, para as suas considerações iniciais e finais, o Deputado Dr. Leonardo.

O SR. DR. LEONARDO - Boa noite a todos!

Agradeço já o Promotor Alexandre Guedes, que sempre é parceiro, sempre está nas Audiências Públicas. Obrigado, doutor, que terá que se ausentar.

Cumprimento o Deputado Emanuel Pinheiro; o Secretário Bermudez; o Vereador Paulo Araújo, que estava ali, também meu companheiro; a Célia e o Tera Sampaio -um abraço a todos os meus companheiros de Cáceres.

Cumprimento todos os companheiros trabalhadores de saúde, que estão presentes; a Eliane, o Edmundo, a Vera Lúcia.

Agradeço o pessoal do SAMU também, que está nos dando assistência; sem me esquecer também da Tânia, Conselheira de Farmácia, ela me mata se eu não falar do pessoal da farmácia.

Senhores, estou aqui como médico e também como Deputado neste momento.

É difícil, mas temos que fazer um mea-culpa, porque a Assembleia Legislativa por muitas vezes deixou de fazer seu papel como legislador, acanhada, tacanha e atrasada no Estado de Mato Grosso, como é a legislação federal, mas estamos aqui para reconhecer isso.

Pedir paciência para os senhores e senhoras neste momento é difícil. Apesar de estar no Estado um novo Governo, começando agora, um Secretário novo que goza do conhecimento, e muitas vezes já conversamos eu sei que o Bermudes tem *know-how*, mas pedir paciência para vocês que estão há quatorze anos esperando concurso público, pedir paciência para vocês, Márcia Cristina, que viu os escritórios regionais sendo desestruturados - um abraço para Barra do Garças -, é complicado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Mas nós temos que entender, e o Governo reconhece essa culpa, e o próprio Governador fala que não tem como pedir paciência para vocês, que infelizmente estamos num Estado de saúde desaparelhado, um caos, a própria Secretaria de Estado de Saúde foi desarticulada, não se conversa, o pessoal de carreira, grandes profissionais que apresentam grande conhecimento não estão inseridos no contexto total, estão desmotivados, que é a palavra que ouvimos, então, vemos esse desaparelhamento dos escritórios, a desestruturação da Secretaria de Estado, desarticulação da SES com má utilização dos funcionários, a questão da luta, Oscarlino - e cumprimento o Presidente do SISMA -, o PCCS, uma luta, o concurso público, que é uma luta antiga, eu também, é claro, adoraria prestar concurso público, é por isso que eu sou um dos apoiadores, porque eu quero prestar concurso público, porque sou médico, trabalhei em unidades, e não tive a oportunidade nesses quatorze anos que sou formado, não tive oportunidade de prestar concurso, então, sou um dos apoiadores.

Quero dizer que realmente o pessoal de carreira está afastado.

Mas como é que podemos, Secretário, a partir deste momento, atrair de novo para dentro essas pessoas que podem colaborar?

Eu acho que este é o momento, o *time*, de começarmos esse diálogo, doutora, e trazer de novo para dentro, porque tem muita gente boa que pode e quer contribuir, apesar da desmotivação, apesar de todas as dificuldades, porque eu atendi lá com vocês. Eu sei qual é o drama, as unidades, a falta, enfim, não preciso falar aqui, o Governo sabe, mas nós precisamos trazer vocês para dentro da gestão.

Vocês estão apoiando e nós agradecemos até as críticas, porque é assim que nós vamos construir. Não adianta nada eu colocar para baixo do tapete, ter medo, ter melindre de alguém falar da Assembleia Legislativa, da Secretaria. Não pode.

Eu digo para vocês das OSSs que, infelizmente, foi uma lei capenga, uma lei que deixou brecha para vir picareta para o Estado de Mato Grosso, quem não tinha condições alguma de gerenciar veio para este Estado, e de gerenciamento passou para terceirização.

O Estado não tem uma política pública para os hospitais estratégicos, e por isso passou a ter a cara da OSS, a cor da OSS, o jeito da OSS. Está errado. (PALMAS)

Poderia ter dado certo? Não sei. Mas a política pública para os hospitais estratégicos do Estado de Mato Grosso está errada.

Nós estamos na briga pela política pública da saúde mental, discutimos judicialização, tivemos coragem aqui, sabemos do tema, mas eu, como Presidente da CPI que investiga as OSSs, os atrasos dos repasses, que foram quatro meses - em 2014 ficaram quatro restos a pagar, não três, como o Deputado Wilson Santos falou - quase cem milhões de reais para trás, e desde 2012 esses atrasos são constantes para algumas questões, para alguns convênios, não para todos, mas essa é uma análise da CPI e nós vamos chegar lá ainda.

Quero dizer que os picaretas vieram e entramos numa fase em que o Estado interveio, interveio e, mais uma vez, interveio mal, porque ficaram espaços, uso de CNPJ, que precisam ser resolvidos agora, porque não adianta... Conversamos com o Secretário Bermudes sobre isso há muito tempo para resolver e retirar o CNPJ das OSSs, senão não vai funcionar. Temos conversado há muito tempo com o Dr. Patrick Ayala para realmente dar um fim a isso, passar essa página e começar um momento novo para o Estado de Mato Grosso.

Daí, Oscarlino, Secretários e todos os senhores, o que eu falo há muito tempo - agradeço aos professores do SINTEP que aqui estão também - a proposta da criação da Fundação de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso para que possamos, talvez precisemos digerir melhor, não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

nesse modelo da Prefeitura, não se assustem. Calma! Poderemos ter um modelo direto e a fundação...

(PARTICIPANTE FALA DA PLATEIA - INAUDÍVEL.)

O SR. DR. LEONARDO - Exatamente.

Sem discutir de novo. Claro.

A fundação é algo antigo, não estou falando algo de novo, mas não pode vir daqui, tem que vir do Poder Executivo. Nós estamos aguardando chegar aqui para dar o andamento para as votações, para ouvir vocês.

O que eu estou falando não é novo. É velho. É uma proposta e eu acredito na Fundação. Eu acredito. E acho que pode vir para cá.

(PARTICIPANTE FALA DA PLATEIA - INAUDÍVEL.)

O SR. DR. LEONARDO - O concurso, sim. Eu quero fazer concurso. Eu apoio vocês. Estou dentro. Concurso já! Mas a fundação é uma forma de administração direta e dá espaço para concurso público.

Concurso público foi algo que anotei aqui e é algo que nós precisamos avançar.

O Oscarlino já vem brigando há muito tempo e parabenizo o SISMA, Oscarlino, e parabéns pelo trabalho individual que vocês vêm fazendo, pela discussão daquelas 500 vagas, mas tem mais, não só para a área meio. Enfim, parabéns! Contem conosco!

Meu tempo já acabou, Sr. Presidente. Desculpem-me.

Senhores, contem com este Deputado que tem coragem de vir e assumir os erros desta Assembleia Legislativa, coragem de assumir os erros do Executivo, que nós fazemos parte.

Não adianta ter medo. Não é momento disso, mas de enfrentamento.

Os problemas são os mesmos, sabemos muito bem.

Falei aqui muitas vezes como médico, não como Deputado, mas estou investido na figura de Deputado, e nessa responsabilidade teremos o enfrentamento.

Podem contar conosco na medida do possível. Sei que a luta é grande.

Desculpe-me pelo atraso, porque vim de Cáceres e cheguei aquela hora, pessoal, mas vim.

Duvidaram que eu viria, eu atendi pela manhã, porque eu ainda mantenho os meus atendimentos como médico, dentro do que é possível, mas estou aqui para auxiliá-los.

Coloco-me à disposição do SISMA, do Sindicato, amanhã, estaremos juntos com o Sindicato médico na reunião para ouvir os médicos que estão em greve em Cuiabá para fortalecer o sindicato a que pertencem e fiz parte.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado ao brilhante Deputado Dr. Leonardo que, inclusive, preside a CPI das OSSs.

Antes de finalizar para o encaminhamento final que será dado, vamos às considerações finais do Secretário de Estado Eduardo Bermudez e com duas perguntas nossa, Secretário. Também, peço que Vossa Excelência seja bem objetivo em virtude do horário.

Com relação a essa questão que será fundamental para o nosso encaminhamento, Vossa Excelência falou em novo pensamento e mudar o eixo. Vossa Excelência e o Líder do Governo falaram muito isso, até para que avancemos, que Vossa Excelência possa esclarecer, explicar para nós o que é o novo pensamento, o que é mudar o eixo da concepção do gestor da Pasta, do Secretário de Estado de Saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Segundo, também possa nos esclarecer, pois não entendi bem, essa questão dos militares no SAMU. Então quero que Vossa Excelência também esclareça isso para nós, essa possível, não sei se entendi, militarização no SAMU.

Com a palavra para as suas considerações finais, o Secretário de Estado de Saúde Eduardo Bermudez.

O SR. EDUARDO LUIZ CONCEIÇÃO BERMUDEZ - Obrigado, Deputado.

A questão de mudança de eixo passa, evidentemente, por nós termos um pensamento diferente do que é possível se fazer. Esse enfrentamento é dolorido, vai doer, porque, mesmo com toda a nossa vontade aqui que ficou bem expressa no sentido de muito tempo estar se esperando um posicionamento mais claro sobre o servidor, por vezes temos conversado com o Oscarlino a esse respeito, eu acredito ainda muito no servidor e acho que é o modelo que nós devemos seguir. Nós temos entraves de ordem jurídica sim. Temos sete hospitais regionais, temos dois sob Organização Social, os demais estão em Intervenção. Isso significa um passo jurídico. É real, são quatorze anos sem concurso público.

Portanto, como povoar esses cinco hospitais do modelo de Administração Direta? Na verdade, essa pauta é específica, porque nós teríamos que realmente discutir não para que houvesse um convencimento, está bem claro nas faixas, está bem claro na reação de todos a experiência ruim que se teve com a Organização Social.

Eu acrescento à moça de Cáceres que tem Secretário ruim sim, e eu posso ser um deles, se eu não atingir o meu objetivo. Agora, com uma coisa eu discordo: este Governo sabe o que quer sim. Agora, para atingirmos essa condição, nós precisamos seguir aquilo que é lei. E isso muitas vezes no serviço público é diferente e é difícil. Não é da noite para o dia, não é o desejo de uma categoria, de um segmento que dará essa condição. Nós temos uma série de pessoas, saiu daqui o Dr. Alexandre Guedes, uma pessoa que todos nós respeitamos muito e que conhece muito o assunto saúde; nós temos o Tribunal de Contas, enfim, tem uma série de dificuldades que chegamos a receber e foi uma das primeiras preocupações: tivemos que definir a gestão desses hospitais e ao conversamos, inclusive, com o Sindicato, nós apresentamos a proposta da Administração Direta, mas existem alguns entraves.

Então, talvez, tenhamos que tomar um remédio amargo por um período. Agora, isso é uma questão de conversarmos sem paixão. Eu não tenho paixão nenhuma por OSS-Organização Social de Saúde. Eu tenho uma fixação, ou seja, eu busco sempre resultados e não vi ninguém medir resultados aqui. Historicamente não se mede resultado de gestão, se mede resultado de produção. Isso é muito diferente.

Então eu acho que devemos caminhar e aí que está o eixo, Deputado, nós precisamos mudar a nossa concepção. O que é melhor é o melhor para o paciente, não é para nós. Isso não necessariamente é a organização social, não estou afirmando isso, mas temos que buscar alternativas, porque fechar os hospitais não podemos. Eles já estão utilizando o mínimo da sua capacidade e isso não pode continuar, nem juridicamente nem para resultado da sociedade.

Portanto, eu acho que essa é uma pauta que deve ser curta, Sr. Oscarlino. Nós precisamos fazer essa discussão e realmente buscar esgotar todo e qualquer tipo de argumentação, mas com responsabilidade.

Uma pessoa falou há pouco sobre a autoridade do servidor. Eu acho que, na verdade, é o seguinte: cada um de nós tem a sua responsabilidade no dia a dia, é evidente que tem, têm alguns que não tem tanta, e nós enxergamos essa pessoa. Assim como na Secretaria eu enxergo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Eu enxergo em mim, às vezes, essa condição de limitação. É evidente! Mas devemos sempre tentar ir para frente.

Então esse é um assunto que temos que esgotar, não vai poder demorar muito, nós já estamos perdendo muito, a sociedade já está perdendo muito. Temos que tomar uma decisão. Repito, não tenho fixação por nenhum modelo de gestão, agora tem que ser aquilo que seja plausível de curto prazo.

Quanto ao SAMU, na verdade, boa parte do SAMU do Brasil é atendido pelo Corpo de Bombeiros, boa parte. Agora, isso não nos obriga a fazer isso de forma alguma, mas a uma alternativa foi daquilo que nós encontramos também, boa parte dos médicos que estão lá possuem DGA para poder trabalhar, fazer o plantão. Então é uma alternativa. Nós encontramos um processo muito complexo em todas as áreas, em todas as áreas.

Falou há pouco o Deputado Dr. Leonardo, a respeito da CPI das Organizações Sociais, e que demonstrou claramente a fragilidade da área de controle, porque é uma só, ela mesmo se fiscaliza, quando fiscaliza. Então, a nossa proposta, independentemente de ser organização social ou não, é que essa composição da Comissão esteja mais arrojada, esteja ampliada com controle e avaliação, para quem conhece a sistemática e também a CPCG. E fora disso, uma estrutura de fiscalização que faz, então, o componente de acompanhamento e controle ficar mais efetivo. Foi o grande problema da Organização Social do passado. Mas isso não significa o nosso unidirecionamento, não.

Então acho que devemos fazer uma nova posição à judicialização que foi citado em mais de um aspecto, ela está sendo realmente um processo de retroalimentação.

Em conjunto com o Município de Cuiabá, nós aportamos para que ele contrate. O Estado não contrata nenhum hospital nem repassa para nenhum hospital, é o município quem faz isso, mas nós repassamos como reforço, não temos acesso aos contratos, precisamos estar com acesso aos contratos. Então tem muito processo que ainda não está vigente.

A questão farmacêutica que falei é a seguinte: na revisão que fiz de todo o processo de novembro para cá, nós verificamos que o modelo de compra, que normalmente é pela Curva ABC - para quem conhece o sistema e a senhora deve conhecer -, ele deve ser acompanhado, e, portanto, ele é o “estartador” de aquisições. Então, ele tem o histórico; ele estabelece os diversos algoritmos; estoque de segurança, estoque mínimo e estoque de aquisição. Verificamos que esses estoques intermediários que dão o momento de compra não existem. Eles não são alimentados. Quem pode fazer isso no sentido de crítica são os farmacêuticos. São os farmacêuticos.

Qual é o nosso interesse? É buscar culpados ou mudar processos? Mudar processos.

Então, é isto que eu queria esclarecer.

Da minha parte, obrigado!

Obrigado, Deputado Emanuel Pinheiro; obrigado, meu amigo Deputado Dr. Leonardo, todos que estão aqui.

Muito obrigado, Oscarlino!

E a vocês, servidores, o meu alento, porque esta reunião significa energia e energia é sempre bom desde que seja numa direção, que é do paciente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado Secretário Eduardo Bermudez, jeitoso Secretário. Eu nunca tinha conversado com ele. É jeitoso, habilidoso, deve ser mineiro ele. É jeitoso o Secretário.

Secretário, muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

Não ficou bem clara a questão do novo pensamento. O eixo eu entendi, mais ou menos, mas nós vamos ter outras oportunidades. Este é o primeiro passo. Nós vamos fechar com alguns encaminhamentos esta Audiência Pública e teremos outras oportunidades.

Com a palavra nas considerações finais o Presidente do SISMA, Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Nós escutamos muitas falas, falas amarguradas dos trabalhadores, decepcionadas, frustradas e nós precisamos tomar alguns encaminhamentos.

Eu gostaria de fazer um conto de fadas aqui. Já que a realidade que nós vivemos nós não a tornamos em dias melhores eu gostaria de fazer um conto de fadas.

Se eu fosse o Secretário de Saúde; se eu amanhecesse amanhã como Secretário de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, eu daria as mãos ao Sindicato e aos trabalhadores no dia seguinte e iria ao Governador falar: Governador, assine o processo do concurso público para a Secretaria de Estado de Saúde. (PALMAS)

Governador, eu preciso pagar os professores que deram aula na Escola de Saúde Pública em 2015 e não estou tendo a mobilidade, a agilidade para pagar centenas de processos represados na Secretaria de Saúde, porque o seio, um dos pulmões da Secretaria se chama Escola de Saúde Pública, a difusora do conhecimento...(PALMAS)... os professores que nós precisamos ter credibilidade, que o Estado precisa ter credibilidade para capacitar o servidor público interno e o servidor publico do município.

Se fosse Secretário de Estado de Saúde, eu dava mãos para o sindicato, para o SISMA e iria amanhã falar com Governador: demite aquele Coronel do Corpo de Bombeiros que está no comando do SAMU amargurando e oprimindo o trabalhador da saúde...(PALMAS)...falando palavras de baixo calão, ofensas aos trabalhadores, aos socorristas que socorreram a minha mãe há poucos dias. O SAMU está trafegando na sucata desde 2005/2007. As ambulâncias que prometem, prometem e prometem não chegam. Os trabalhadores da saúde estão fazendo **assepsia**, limpando aquelas ambulância do sangue das pessoas, dos traumas das ruas. O único SAMU do Brasil que é estadualizado e estão querendo tirar do trabalhador da saúde, descumprindo as portarias e entregando para militar opressor do trabalhador.

Eu já falei para o senhor, inclusive em outras oportunidades; o senhor nos escutou muito bem; o senhor nos atendeu muito bem; o senhor sempre foi cordial em seus atendimentos assim como outros governantes, outros gestores: o nosso ex-Secretário de Saúde era funcionário de carreira. E fica aqui a crítica: ele nada fez para o trabalhador, ou seja, o Governador falou em todos os momentos que ele estava satisfeito com o desempenho do antigo Secretário de Estado de Saúde e que tinha termos de acordo, acordo de resultados, mas nada aconteceu na saúde pública do Estado de Mato Grosso. Ao contrário, nós estamos declinando e a coisa está piorando.

Nas minhas considerações fiais eu gostaria de agradecer a sua presença, Sr. Secretário; da sua equipe que não se negou, não se furtou de estar aqui presente, todos os subsecretários, a nossa Superintendente de Gestão de Pessoas.

Há coisas práticas que dá para se fazer com pouco dinheiro que vão demonstrar credibilidade e uma situação que vai resgatar a motivação desse trabalhador.

Vamos comprar cadeira para o trabalhador trabalhar (PALMAS), computador, novas tecnologias. Vamos pintar os prédios. Se não dá para reforma; se não para ampliar, vamos alugar um prédio temporário dos escritórios, dos hospitais, da unidade central que o próprio CREA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

já inviabilizou em 2013, já teve princípio de incêndio e não mudamos, mas não alugando prédios milionários que nós escutamos falar que há outros interesses por trás, outros interesses escusos.

Se nós vamos gastar meio milhão de aluguel por mês, vamos utilizar esse meio milhão de reais por mês para comprar mobilizar, comprar medicamentos, comprar insumos para o trabalhador trabalhar.

Eu quero agradecer o Deputado Emanuel Pinheiro que não mediu esforços e sempre nos atendeu muito bem aqui dentro desta Casa de Leis. Nós fomos atendidos de bate e pronto.

Ele falou: “Isto aqui é ótimo, excelente!”. Já leu o material, já trocamos ideia. Ele levou para o Plenário, aprovou esta Audiência Pública a toque de caixa e está aqui disposto a abraçarmos a causa do trabalhador da saúde.

Então, Secretário, eu quero amanhã não só ficar na falácia, nas poucas palavras. Nós, a partir de amanhã, daremos as mãos. Eu vou ser Secretário de Saúde. O senhor vai continuar sendo Secretário de Saúde e eu Presidente do Sindicato. O senhor vai dar as mãos para o trabalhador, vai comprar imobiliário, vai dar condições dignas de trabalho, vai fazer concurso público, vai fazer um esforço com o Governador para pagar os adicionais que estão represados de plantão, insalubridade, adicional noturno. Tem pouca coisa que dá para fazer com pouco dinheiro. Dá para nós fazermos uma força-tarefa.

Vamos estruturar essa Superintendência de Gestão de Pessoas que não consegue atender as demandas funcionais do trabalhador interno, quiçá vai atender a população mato-grossense com saúde digna de qualidade.

Então, população que nos escuta pelo canal 30, vocês viram todo o empenho do trabalhador e da gestão e dos políticos virem aqui conversar. Portanto, nós, trabalhadores, não somos responsáveis pelo caos, pelo atual caos da saúde pública do Estado de Mato Grosso (PALMAS)

Nós somos trabalhadores dignos. Esse salário que os senhores nos pagam por meio dos impostos nós levamos para nossa casa e alimentamos a nossa família. Nós estamos morrendo juntos, adoecendo junto com os senhores. Nós vamos cobrar e não vamos desistir. Nós temos outras ferramentas institucionais de um Sindicato que, ainda, estamos trabalhando na fase do diálogo. Nós vamos movimentar as fileiras. E essas sementes que vieram aqui de mais de quatrocentos trabalhadores que representam 10% da amostra são fiéis guerreiros e patentes. Aqui, sim, são oficiais que respeitam os colegas lá nas unidades.

Vamos levar essa mensagem de esperança e aqui sentar os políticos.

Nós temos o Termo de Acordo coletivo que não está sendo cumprido pelo Governo. Vamos tirar esse concurso do papel, porque já tem um processo que demorou três meses só para indicar dois trabalhadores da saúde para fazerem parte da comissão no ano passado. Isso atrasou completamente o cronograma. Ficou mais três meses este ano lá na Secretaria para dar um parecer e falar o seguinte: que o trabalhador que está cedido, os quinhentos e poucos que estão cedidos para o município é um termo de cooperação técnica. Ele já fez, constituiu família, ele trabalha lá no Sistema Única de Saúde. Agora é papel da gestão, sim, controlar, saber onde esse trabalhador está; o que esses trabalhadores cedidos estão fazendo lá, em que circunstâncias, em que esfera, monitorar... Tem como fazer isso aí.

Portanto, eu quero agradecer a minha diretoria, que foi eleita junto comigo. São quarenta colegas que estão junto conosco, que não abandonam a luta e são fiéis escudeiros. (ORADOR SE EMOCIONA.)

Meu muito obrigado! Todo esse trabalho é dedicado a vocês! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Eu não sabia desse perfil emotivo do Oscarlino.

Parabéns, Oscarlino! É muita emoção mesmo! Parabéns! É isso mesmo. Eu sei o tanto que ele lutou, o tanto que ele batalhou.

Vamos pedir, rapidamente, a atenção de todos, nós estamos indo por encaminhamento. O mais importante, quer dizer, tudo foi importante, mas o fruto de tudo que foi aqui discutido vai ser resolvido agora em cinco minutos, porque todos têm várias agendas ainda hoje, à noite. Eu sei que as senhoras e os senhores as têm.

Bem, com relação ao projeto de lei de iniciativa popular, na Sessão de amanhã eu e o Deputado Dr. Leonardo vamos pedir a pauta dessa matéria para o Presidente Deputado Guilherme Maluf (PALMAS).

Então, vamos resgatar essa matéria muito bem colocada e cobrada na Audiência Pública de hoje. Está assumido o compromisso, na Sessão noturna de amanhã, será cobrado por mim, Presidente da Comissão de Saúde, e pelo Deputado Dr. Leonardo, Vice-Presidente, para se pautar esse projeto de lei de iniciativa popular com mais de quarenta mil assinaturas.

Com relação à proposta do Promotor de Justiça, Dr. Alexandre Guedes, sobre o projeto de lei da eleição do Presidente do Conselho Estadual de Saúde, vamos levá-lo para discussão na Comissão Permanente de Saúde Previdência e Assistência Social (PALMAS).

Com relação à Audiência Pública para prestação de contas - infelizmente o Dr. Alexandre Guedes não está aqui - das três do ano passado, duas foram realizadas, a terceira, marcada para o final de setembro ou outubro, coincidiu como o dia da exoneração do ex-Secretário Marco Bertúlio. Então, não seria justo pedir ao Secretário que estava entrando para que viesse uma semana depois e retratasse todo quadro, toda prestação de contas trimestral do sistema. Entretanto, já passou tempo suficiente para o senhor marcar a data. Eu marquei três datas e as três foram pedidas alteração pela sua equipe. Então, pedimos de uma vez por toda que se defina a data dessa prestação de contas trimestral prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal do Secretário de Saúde do Estado.

Queremos, finalizando esta Audiência Pública, convidar o Sindicato, SISMA, na pessoa do Presidente, para ter um assento sem direito a voto, porque não é permitido pelo Regimento Interno da Casa, mas para ter um assento permanente na Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. (PALMAS).

Vamos levar todas essas demandas aqui debatidas, hoje, à Comissão Permanente para que não se percam no tempo e no espaço e o fruto desta Audiência Pública também não tenha um prosseguimento adequado.

Na próxima reunião da Comissão, que terá data a ser marcada, já temos três pautas pré-estabelecidas: a primeira é discussão do Projeto de Lei da eleição do Presidente do Conselho Estadual de Saúde, proposta pelo Ministério Público; a segunda, as visitas previamente combinadas, mas não efetivadas, com o SISMA, as visitas técnicas ao CEOPE, CIAPS Aduato Botelho e a Cidade da Saúde; e o terceiro tema nós estamos pautando. A nossa assessoria está anotando tudo, não se preocupem.

A Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social veste a camisa do Sindicato e assumimos com vocês o Termo de Acordo, fruto de um acordo coletivo, assinado no dia 22 de julho de 2015, entre o Presidente do SISMA, Oscarlino Alves de Arruda Júnior, o Secretário de Gestão, Júlio Modesto e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Paulo César Zamar Taques.

Esse Termo de Acordo está previsto:...
(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Vamos debater na Comissão.

Ótimo!

- I - concurso público;
- II - regulamentação da aposentadoria especial para os servidores da carreira do SUS estadual;
- III - cronograma de obras e reformas das unidades de saúde e aquisições de mobiliários;
- IV - regularização de processo de insalubridade, plantões e adicional noturno;
- V - regularização fundiária do terreno em que se encontra a sede do Sindicato;
- VI - regularização da situação dos fiscais sanitários e outras demandas de ordem funcional;
- VII - os demais itens da lista de 17 pontos de reivindicações da categoria que ainda não foram efetivados.

Portanto, este Termo de Acordo será pauta permanente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social para dar sequência a todas as demandas aqui colocadas pela SISMA e todos aqueles que nos antecederam utilizando da palavra.

E dizer, Secretário, que todos nós sabemos que nada se resolve do dia para a noite. Nós sabemos das dificuldades e de inúmeros problemas que o sistema tem de ordem local é de ordem nacional, como bem disse o Deputado Wilson Santos, Líder do Governo. Entretanto, somos Deputado Estadual de Mato Grosso, temos que dar resposta à população mato-grossense e não podemos cruzar os braços.

Se o SUS é uma crise nacional, vamos fazer a diferença juntos em Mato Grosso e procurar avançar no que diz respeito à qualidade, à humanização e à valorização dos servidores públicos, até porque, como bem disse o Oscarlino, lá fora têm milhares de pessoas que dependem do Sistema SUS e dependem de um denominador comum, de uma equação em movimentos tão importantes e históricos como este.

Agradeço imensamente a presença do Secretário, a sua cordialidade e atenção; a presença de todas as autoridades e representantes sindicais, na pessoa deste jovem brilhante Presidente do SISMA, Oscarlino Alves de Arruda Júnior, e agradeço imensamente vocês que abrilhantaram esta Audiência Pública.

Nada ficará em vão e nada ficará perdido nos escaninhos dos corredores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Tudo o que foi debatido aqui terá uma sequência, um cronograma e um calendário discutido em conjunto com a Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, o SISMA, e a Secretaria de Estado de Saúde, baseado neste Termo de Acordo assinado pelo Sindicato de vocês e pelo alto escalão do Governo do Estado de Mato Grosso.

Eu agradeço imensamente a presença de todos e também a toda nossa equipe, a toda equipe da Assembleia Legislativa que não se furta nesses eventos.

Nós entregamos ao Secretário os encaminhamentos ainda pendentes da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, alguns têm respostas, outros nós reiteramos o pedido pela sua importância e relevância social.

Não me deram uma camisa de presente para poder vesti-la, mas não tem problema, o que importa...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Infelizmente, não tem jeito. Desculpe-me, mas nós teremos outras oportunidades.

(O DEPUTADO EMANUEL PINHEIRO GANHA A CAMISETA.)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Quem não chora não mama!
(PALMAS)

Podem contar com a Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social e com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Antes de encerrar a presente Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos e convido os presentes para, em posição de respeito, cantar o Hino do Estado de Mato Grosso.

(EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Luciane Carvalho Borges;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França.